centro de cultura social

nº 27-28 (I-II/2009), 29-30(I-II/2010), 31 (I/2011)
Rua General Jardim, 253 sala 22- Vila Buarque (Metrô República)
Correspondências: caixa postal 2066, São Paulo/SP, cep 01009-972
www.ccssp.org – ccssp@ccssp.org

Editorial

Após longo lapso de tempo, o boletim do Centro de Cultura Social emerge novamente. Aqui estão, encadernadas em uma, três edições passadas e não levadas ao prelo. Se estas não bastam para repor o tempo perdido, ao menos cumprem a função de registrar e fazer saber o que se passou no CCS durante esse período.

A quebra da periodicidade não significou necessariamente a suspensão da linha editorial. Nesse período foi proposto o lançamento de uma revista eletrônica, em que os artigos e notas seriam postados diretamente em rede pelo conselho editorial do CCS, bem como por colaboradores que quisessem contribuir com textos e artigos. Como não foi possível estabelecer um suporte técnico para operacionalizar essas publicações, por enquanto o projeto fica suspenso, para ser implantado futuramente.

Durante esse tempo demos continuidade às atividades do CCS, com algumas inovações. Paralelamente às palestras seguidas de debates e comentários livres, tradicionalmente realizadas pelo CCS e que fizeram deste espaço um dos focos de atualização do pensamento libertário em São Paulo, conduziram-se outras experiências, como por exemplo, as Oficinas do Centro de Cultura Social.

Tomando por base um tema central a ser estudado e um grupo de companheiros com disponibilidade para coordenar as atividades, em um misto de aulas e grupos de estudo, palestras e círculos de leitura, foram realizadas, com grande apoio dos participantes, as oficinas: "Focault e o anarquismo", "Encontro no Café – Proudhon", "Seminário: Pedagogia, Sujeito e Resistências: Verdades do poder e poderes da verdade". *O resultado das oficinas* foi extremamente positivo, com a aderência de indivíduos fora do círculo libertário que, buscando aprofundar-se no tema, vieram e por aqui ficaram.

Outra proposta, muito bem vinda, foram os "(Des)Encontros Anárquicos de Literatura", uma forma bem instigante e libertária de abordar clássicos da literatura mundial, fazendo deles instrumento para investigar o universo trazido à tona pelo autor. Além, é claro do clima de sarau e da confraternização, entre comida e bebida que se seguiam às discussões.

A continuidade do "Cinema e Anarquia", que foi novamente posto em atividade, com uma diretiva mais ampla, abordando não apenas o cinema engajado e os documentários de temática política e social, mas também obras diversas que pudessem estimular uma discussão estética e artística, a exemplo dos eventos libertários de outras épocas.

Uma face mais triste, realmente melancólica, foi a perda, em um curto período de tempo, de quatro grandes companheiros do CCS: Edgar Rodrigues, Diego Gimenez, Chico Cuberos e Virgilio Dall'Oca. Em pouco mais de um ano, quatro dos mais antigos companheiros se foram. Com eles se foi também um pouco da história do movimento anarquista da segunda metade do século passado. Parte dessa história estava nas memórias, nas posturas e nas próprias existências dessas pessoas que se foram. Viveram épocas que hoje nos esforçamos para compreender, esbarrando na falta de material historiográfico de confiança.

Estes companheiros narravam com a desenvoltura de quem viveu um cotidiano que lhes foi comum, e com uma clareza de quem não ficou à mercê dos filtros que os historiadores nos impuseram. Pessoas queridas que eram, deixaram um espaço que não será preenchido, que era somente deles, mas que conservaremos com exemplos de vida que não deixaremos de consultar e citar sempre que quisermos fazer entender o verdadeiro sentido da anarquia.

Em memória desses companheiros iniciamos o ano de 2011, empenhados em dar continuidade aos trabalhos que sempre foram notórios do Centro de Cultura Social, unindo nossos esforços aos das outras organizações libertárias que se formaram e se firmaram recentemente. Nosso desejo é que o Centro de Cultura Social busque um raio de ação maior que o de hoje, ampliando contatos e estabelecendo intercâmbios, num diálogo permanente, permutando idéias, aprendendo e contribuindo para o desenvolvimento do pensamento libertário de um modo geral.

Sejam todos bem vindos.

As atividades do Centro de Cultura Social (1933-1937)

Por Lucia Parra

O Centro de Cultura Social, em atividade desde 1933 pode ter o cotidiano de seus primeiros anos de atividades resgatado através da ótica do DEOPS-SP. Agentes policiais infiltravam-se entre os militantes anarquistas e assistiam a palestras realizadas, deste modo, conseguiam informações para relatórios policiais com detalhes sobre os organizadores, freqüentadores e atividades do CCS. Para "provar crimes de subversão" os agentes policiais anexavam panfletos ao prontuário do CCS[1] com divulgação de palestras.

O Centro de Cultura Social foi criado como mais uma iniciativa de caráter educativo e cultural, conforme constatamos no panfleto que divulgava a inauguração de suas atividades, no dia 14 de janeiro de 1933:

Um núcleo de cultores das grandes idéias de progresso e de liberdade acaba de fundar uma instituição popular destinada à difusão da instrução e educação integral das classes laboriosas e de vulgarização dos conhecimentos científicos e filosóficos e particularmente das doutrinas socialistas e libertarias (...)[2]

Na inauguração das atividades do Centro de Cultura Social seriam, de acordo com o panfleto citado, realizadas palestras sobre assuntos educacionais e sociais por Florentino de Carvalho, Edgard Leuenroth, Bixio Picciotti e Francisco Cianci[3]. O evento era dirigido aos sindicatos operários, sociedades populares e culturais, à imprensa liberal e de vanguarda, bem como ao povo em geral[4]. O Centro de Cultura Social realizava suas atividades na rua Quintino Bocaiúva, n. 80, mesma sede da Federação Operária de São Paulo e também da redação do jornal *A Plebe*.

Em um panfleto anexado ao prontuário do CCS era divulgada a palestra a ser proferida pela escritora argentina Concepción Fernandez sobre a música como fator de aproximação dos povos[5]. A presença das mulheres como conferencistas no Centro de Cultura Social era freqüente, como pudemos constatar em outros materiais de divulgação, como uma palestra a ser proferida pela Sra. Luisa Pessanha Branco sobre assuntos sociais e de atualidade[6]. Foi localizado, também, um panfleto de divulgação de uma palestra de Isabel Cerrutti, a respeito da mulher e o sindicalismo[7]. Esta anarquista escrevia com regularidade para o jornal *A Plebe*.

Uma das formas de distribuição destes panfletos era lançá-los em locais de concentração pública, como consta em anotação policial em um panfleto de divulgação de palestra sobre a doutrina da revolução: Lançado da platéia do Teatro Municipal ao povo[8]. A respeito da divulgação das atividades do Centro de Cultura Social encontramos também anúncios no jornal libertário *A Plebe*, como a publicação do inicio de suas atividades[9].

No que se refere ao público freqüentador do Centro de Cultura Social, na década de 30, sabemos, através dos panfletos, que era constituído por: trabalhadores em geral, anarquistas militantes e simpatizantes. Era também freqüentado por artistas e intelectuais, como Tarsila do Amaral e Ozório Cézar, conforme observado pelo investigador da policia Guarany, em informe reservado[10].

Expediente

Boletim informativo do Centro de Cultura Social
ISSN: 1983-4691
Fizeram esse número: Alberto Centurião, Eduardo Dezena, Francisco Ripo, Nildo Avelino, Marcolino Jeremias, Anna Gicelle, Robson Achiamé e Nilton Melo.
Textos para publicação, até duas laudas, após aprovação. O boletim fecha todo dia 25 do primeiro mês de cada semestre.

As atividades do Centro de Cultura Social e de seus membros eram constantemente vigiadas pela policia política. Praticamente todos os conferencistas foram vigiados pelas autoridades: muitos contavam com extensa ficha policial, sendo que muitos dos estrangeiros foram expulsos do território nacional. Panfletos de divulgação das atividades do Centro de Cultura eram anexados aos processos de expulsão de anarquistas, como no caso do espanhol Gusmão Soller, constituindo uma "prova" de seu crime de subversão. Este panfleto anunciava uma conferência a ser realizada por Soller sobre o fascismo e suas manifestações, que era direcionada aos trabalhadores em geral. Gusmão Soller, em outra ocasião, apresentou conferência com os conceitos do psiquiatra Ozório Cézar sobre a organização comunista na União Soviética[11].

O Centro de Cultura Social, por suas atividades relacionadas à militância anarquista, era visto pelas autoridades como uma ameaça política. Sua sede, na rua Quintino Bocaiúva, foi invadida pelas autoridades, como consta em um panfleto da Federação Operária de São Paulo (FOSP), no qual era declarado que o local havia sido arrombado por policias que teriam cometido depredações, arrombando a biblioteca, rasgando livros, jornais e papéis[12].

Em algumas situações, o Centro de Cultura Social promovia conferências fora de sua sede, como em 1934, quando a Liga Anticlerical de Campinas solicitou uma comissão da FOSP e do Centro de Cultura Social. Da Liga Anticlerical de Campinas faziam parte Francisco Valdivia, Gusmão Soller e Napoleão Saldanha, militantes do Centro de Cultura Social. Um investigador presente na ocasião descrevia Gusmão Soller como "bastante lido e de regular cultura".

A crítica à religião era um tema recorrente entre os assuntos do Centro de Cultura Social. O perigo espiritual, palestra proferida pelo socialista Antonio Picarolo, foi inclusive o tema de uma das primeiras conferências. Outro tema que despertava interesse entre os anarquistas e era debatido nas conferências do Centro de Cultura Social era o integralismo. De acordo com o jornal *A Plebe*[13], no dia 14/11/1933 seria realizada uma palestra sobre integralismo com a presença de socialistas e anarquistas com a finalidade de alertar a população sobre os perigos do integralismo no Brasil. De acordo com o jornal *O Homem Livre*, o Centro de Cultura Social, nesta ocasião, chegou a reunir mais de 1.000 pessoas e foi invadido por integralistas que, em atitude provocadora, gritavam "Viva o fascismo"[14].

Os atuais freqüentadores do CCS podem saber um pouco mais sobre os interesses e os problemas dos participantes do Centro em sua primeira fase através da documentação do antigo DEOPS/SP, com seus relatórios e documentos anexos como panfletos e jornais. Temas como o anti-integralismo refletem o contexto histórico de ascensão dos regimes ditatoriais no período entre guerras. Já a temática feminina, bem como o anti-clericalismo, são ainda hoje objeto de interesse dos libertários pois seu conteúdo de luta contra a opressão continua atual. Além disso pode-se através desta documentação resgatar um pouco da história do movimento anarquista.

---

1. **Prontuário 1914, Centro de Cultura Social. DEOPS/SP.**
2. Panfleto. Centro de Cultura Social, janeiro, 1933. **Prontuário 716, vol. 3, Federação Operaria de São Paulo. Fl. 87. DEOPS/ SP.**
3. Ver no item 3.2 referência a estes militantes.
4. Panfleto. Centro de Cultura Social, janeiro, 1933. **Prontuário 716, vol. 3, Federação Operaria de São Paulo. Fl. 87. DEOPS/SP.**
5. Panfleto. Centro de Cultura Social, s/d. **Prontuário 1914, Centro de Cultura Social. Doc. 2, fl. 4. DEOPS/SP.**
6. Panfleto. Centro de Cultura Social, s/d. **Prontuário 1914, Centro de Cultura Social. Doc. 8, fl. 10. DEOPS/SP.**
7. Panfleto. Centro de Cultura Social, s/d. **Prontuário 1914, Centro de Cultura Social. Doc. 4, fl. 6. DEOPS/SP.**
8. Panfleto. Centro de Cultura Social, s/d. **Prontuário 1914, Centro de Cultura Social. Doc. 7, fl. 9. DEOPS/SP.**
9. *A Plebe*. São Paulo, 14/01/1933. **Prontuário 716, vol. 3, Federação Operaria de São Paulo, fl. 97. DEOPS/SP.**
10. Informe reservado do investigador Guarany, Gabinete de Investigações, São Paulo, s/d. **Prontuário 1914, Centro de Cultura Social. Doc. 13, fl. 15. DEOPS/SP. AESP.**
11. Cópia de boletim do Centro de Cultura Social. **Prontuário 1914, Centro de Cultura Social. Doc. 10, fl. 12, 28/07/1939. DEOPS/SP.**
12. Panfleto da Federação Operaria de São Paulo. 20/051933. **Prontuário 716, vol. 3, Federação Operaria de São Paulo. Fl. 173. DEOPS/SP.**
13. *A Plebe*, São Paulo, n. 46, 04/11/1933.
14. *O Homem Livre*, n. 19, 20/11/1933.

Pobre indivíduo contemporâneo...

Por Fabrício Monteiro

Os tempos contemporâneos, é dito, marcam-se pelo individualismo. A primazia do eu colocar-se-ia com força em uma sociedade onde o nós perdeu grande parte de seu valor. É preciso perguntar, porém: de qual individualismo falamos? Que eu é este a que nos referimos ao o elevarmos de forma tão segura? Trata-se, por exemplo, da individualidade autônoma e livre de Stirner? Ou ainda do eu forte e criativo de Nietzsche?

Não há grandes controvérsias na consideração de que, de uma forma ou de outra, o outro tem participação na formação do eu, seja na função de um "igual", com o qual se identifica positivamente, ou de um "diferente", com o qual se contrasta. O que acontece, entretanto, se o outro só existe como algo indefinido e fluído? Se as referências sociais externas estão em um movimento tão frenético que não permitem uma formação clara da individualidade? Como o indivíduo contemporâneo –considerando que vivemos tal realidade hoje- constrói seu próprio eu? A partir de si mesmo?

Tem-se, entre as pessoas, a intensificação de sentimentos de vazio e insegurança, angústia e incerteza sobre o certo, o errado e o futuro; ampliam-se cada vez mais as sensações de mal-estares difusos e indefinidos, embora persistentes e incômodos. Às vezes busca-se a estabilidade, a segurança no conhecido e familiar, mas é-se impelido, empurrado, pelo movimento constante.

Não devemos ficar "parados" ou não acompanharíamos os novos costumes. Há o risco constante de perder-se o emprego. Não se manter no "ritmo" da sociedade leva a incapacidade de lidar com os filhos e netos da mais recente "geração perdida". A tecnologia o devorará, os companheiros de tribos e turmas não mais o reconhecerão... ...você mesmo não se reconhecerá e então se perceberá à deriva, flutuando em meios aos vagalhões etéreos de uma imensidão de vazio; vazio de referências, vazio de valores que compõem seu eu, que não tardará a se fragmentar na total ausência de significados. Acabará em nada.

Eis o niilismo contemporâneo. Vemos então o "poderoso" indivíduo hipermoderno que, na realidade, é arremessado de um lado para outro nestas ondas vazias, como os ventos de Netuno que se movem a mais de mil quilômetros por hora, mas cujas partículas são tão esparsas que moveriam pouco mais que um cata-vento. Violento movimento de imobilidade.

O tempo urge –e ruge-, sempre no encalço do indivíduo, pronto a devorá-lo como o velho Cronos a seus filhos, destroçando sua frágil individualidade que se apóia apenas em sucessões breves de referenciais sociais fluídos e que logo não estarão mais lá. A duração temporal, o fio que se desenrola continuamente desde o passado até o futuro a que se referia Henri Bergson, é constantemente rompido.

E o que esperar de valores e atitudes éticas deste indivíduo fragilizado, em risco constante de niilificar-se? O que esperar de alguém cujas tremulas pernas mal o sustentam: que ele consiga oferecer seu braço para ajudar um outro a caminhar?...

"Ei, espere um pouco. Você questiona o significado e a existência de ética em uma época em que as preocupações com o meio ambiente ampliam-se mais e mais. Quando se multiplicam campanhas contra o preconceito e pela diversidade cultural e quando ações de filantropia pululam a todo canto!" Sim, não podemos negar tais fatos. Apesar disso, a fluidez também atingiu a esfera das "boas ações". Luta-se pelo – ou contra- o aborto em dado momento, nada-se junto aos golfinhos em prol da preservação da vida marinha em outro e, mais tarde, caminha-se na marcha pelos direitos humanos... ...se tudo isso não ocorrer "justamente" (que azar!) na hora que tenho que buscar meu carro na oficina...

Tempos de "ética indolor", como sugere Gilles Lipovetsky. Se em outras épocas corria-se o risco de ser baleado em um piquete pela jornada de oito horas, ver os filhos morrerem de inanição pelo corte de pagamento durante uma greve, perecer no exílio pelas perseguições políticas, hoje temos professores que se recusam a um dia de paralisação por melhores condições de trabalho ou teriam (ai de mim!) que realizar a reposição das horas-aula em um sábado! Eis um motivo que comoveria os Mártires de Chicago!

Mas não comecemos com as lamentações. Não condenemos de forma tão simplista o po-

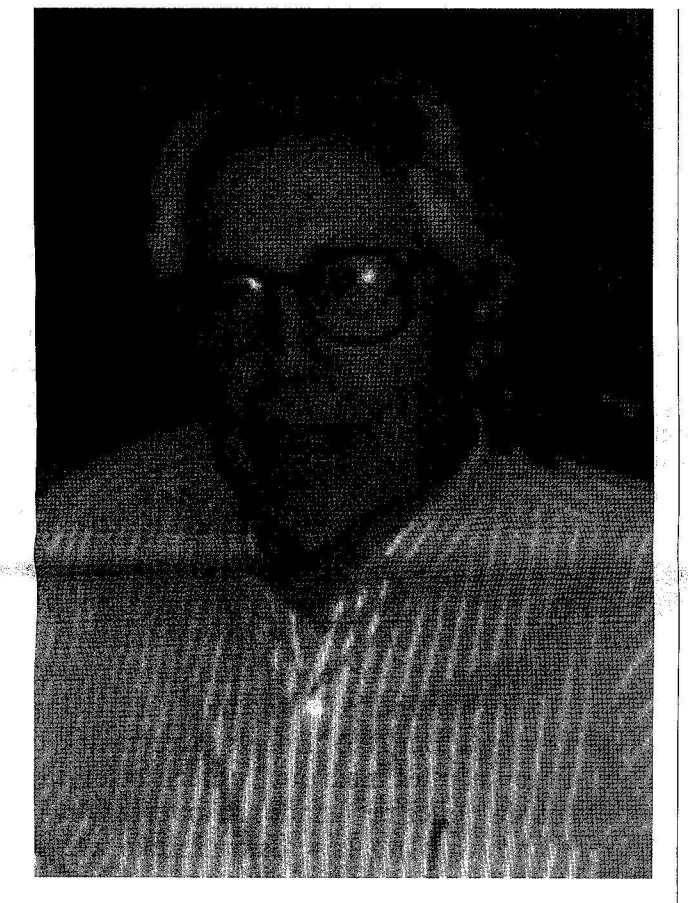
bre indivíduo contemporâneo como se tudo isso fosse uma questão de escolha puramente racional entre alternativas de ação claramente delineadas para todos. Se tudo parece ruir a seu redor, se o futuro parece perturbadoramente incerto, como esperar que o indivíduo sacrifique o que lhe parece o bem mais precioso da atualidade: o tempo? Ele não o fará. Não sacrificará seu tempo para outro como sequer sacrifica-o para si mesmo. Tempo não é dinheiro: é mais que dinheiro. Significa o palco da formação de si mesmo.

Há uma grande fascinação pela sabedoria oriental. O budismo e o hinduismo atraem milhares de ocidentais atualmente... "...Hã? O quê?... O Dalai Lama dedica-se aos estudos das sudras desde os quatro anos de idade? É... bem... é que eu gostaria apenas de umas "dicas" da sabedoria budista para aplicar em minha vida, entende? Não tenho tempo para estudar filosofias... nem quero virar monge." "Doze horas por dia durante vinte anos era a fórmula de Giardini para dominar o violino? Espere aí, eu estou só experimentando o violão. Se eu não gostar vou para a bateria, ou o oboé..."

Criar uma continuidade temporal tão grande na constituição do eu é algo considerado impensável na contemporaneidade. Uma prática que requeira sacrifícios, sofrimentos e dedicação prolongados pode ser louvada como algo "sobre-humano" (para os padrões "humanos" atuais) ou taxada de "fanatismo" (para os padrões de "moderação" atuais). Lembrando: a individualidade hoje deve renovar-se com freqüência ou simplesmente perecerá. Será pisoteada e ultrapassada pelas mais recentes tecnologias, referenciais, grupos de convívio, exigências empresariais, ditames da moda...

Os tempos contemporâneos, é dito, marcam-se pelo individualismo. A primazia do eu colocar-se-ia com força em uma sociedade onde o nós perdeu grande parte de seu valor. De qual individualismo falamos? Trata-se da individualidade autônoma e livre de Stirner? Ou ainda do eu forte e criativo de Nietzsche?

Nenhuma destas. O indivíduo contemporâneo é frágil, temeroso, niilista... Reafirma a altos brados seu próprio vazio e espera ouvir, ao menos, algum eco de seu interior; espera que uma resposta surja de si mesmo para guiá-lo na solidão vã de nossos tempos.



Em forma de despedida – Síntese sobre a vida e obra de Edgar Rodrigues

Por Marcolino Jeremias

Antônio Francisco Correia, que utilizava o pseudônimo de Edgar Rodrigues, nasceu em Angeiras, ao norte da cidade de Matosinhos, distrito do Porto (Portugal), em 12 de março de 1921, filho de Manuel Francisco Correia e Albina da Silva Santos.

Seu pai era militante anarco-sindicalista e participava do "Sindicato das Quatro Artes", filiado à Confederação Geral do Trabalho (CGT) e à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), envolvendo vários ofícios da construção civil de Matosinhos. Seus primos, Armindo da Silva Sarilho e Manuel Sarilho, também pertenciam ao Sindicato.

No final de 1933, esse sindicato foi obrigado a fechar sua sede oficial por causa da repressão da ditadura militar comandada por Antônio Oliveira Salazar. Parte do seu acervo cultural foi guardado na casa da família de Manuel Francisco Correia, onde também passou a realizar-se reuniões noturnas de sua diretoria clandestinamente.

O garoto Antônio Francisco Correia, atrás da porta, escutava com muita curiosidade tudo o que era conversado naquelas reuniões.

Em 1936, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, depois PIDE), invadiu de madrugada a moradia de Manuel Francisco Correia e o prendeu.

Antônio Francisco Correia foi várias vezes visitar o seu pai no presídio da polícia política, durante as dez semanas em que ele esteve preso, sem nenhum processo ou julgamento. Quando Manuel Francisco Correia foi solto, foi punido mais uma vez ao ser despedido do seu emprego, o que fez a família passar por uma situação econômica muito difícil.

Dois anos depois, Correia (como era chamado pelos mais próximos) escreveu seu primeiro artigo para o diário "Primeiro de Janeiro" (Porto), mas não foi publicado por causa da censura. Nessa mesma época, já havia começado a escrever os rascunhos que formariam seu primeiro livro.

No dia 1º de maio de 1939, Antônio Francisco Correia e alguns amigos faltam ao serviço como forma de protesto (nessa época era proibido manifestar-se no 1º de maio) e reúnem-se para reafirmar as origens anarquistas dessa data, que é um marco universal.

No dia 1º de março de 1940, filia-se ao Grupo Dramático Flor da Mocidade (teatro amador), de Santa Cruz Bispo, município de Matosinhos, onde conhece Ondina dos Anjos da Costa Santos, que foi sua companheira por toda a vida. Também fez parte da diretoria do Grupo Dramático Alegres de Perafita, onde conheceu o histórico militante anarquista José Marques da Costa.

Em setembro de 1946, o anarquista Luis Joaquim Portela e mais cinco presos políticos fogem da Fortaleza de Peniche. Dois anos depois, Antônio Francisco Correia conhece pessoalmente Luis Portela[1] na clandestinidade e ajuda o companheiro a obter documentação falsa, porém, devido uma delação Luis Joaquim Portela é preso novamente[2].

No dia 19 de julho de 1951, Antônio Francisco Correia conhece pessoalmente o notório escritor anticlerical Tomás da Fonseca e, no dia seguinte, para fugir da perseguição política da ditadura portuguesa, embarca para o Brasil.

Assim que chegou ao Rio de Janeiro, conheceu os companheiros: Roberto das Neves, Manuel Perez, Giacomo Bottino, Ida Bottino, Germinal Bottino, Pascoal Gravina, José Romero, Ondina Romero, Angelina Soares, Diamantino Augusto, José Oiticica, João Peres Bouças, Carolina Peres, Ideal Peres, Afonso Vieira e outros...

A pedido dos dois últimos, entregou um texto de sua autoria, sobre a ditadura em Portugal, que foi publicado no jornal anarquista Ação Direta[3] e logo estava participando do grupo editor do mesmo. Em seguida, com a ajuda de companheiros como Enio Cardoso, Domingos Rojas e Benjamim Cano Ruiz (entre outros), passou a publicar também textos na imprensa libertária internacional e adotou o pseudônimo de Edgar Rodrigues[4].

continua na página 6

Dinheiro e anarquia
(debate em torno do bicentenário de P.-J. Proudhon no espaço do Coletivo Ativismo ABC)
Por Nildo Avelino

Agradeço pelo convite para participar deste debate sobre "dinheiro e anarquia", que também foi pensado como uma maneira de aproximar-se de algumas idéias de Proudhon sobre o tema, lembrando, ao mesmo tempo, o bicentenário de seu nascimento. É uma iniciativa oportuna, porque nos possibilita discutir finalmente um aspecto desconhecido da enorme reflexão de Proudhon. É lamentável que transcorridos 200 anos do seu nascimento, somente uma parte verdadeiramente pequena da sua obra tenha sido traduzida para o português; apenas dois livros foram até hoje editados em português: "O que é a Propriedade?", publicado nos anos '90 e "Filosofia da Miséria" publicado somente em 2007, ou seja, mais de 160 anos após ter sido escrito.

Deste fato, sobretudo, resulta que a quase absoluta maioria dos anarquistas no Brasil conhecem de Proudhon apenas a frase: "A propriedade é o roubo?", e Proudhon segue sendo o mais célebre desconhecido dos pensadores anarquistas. Mas, a despeito deste desconhecimento, Proudhon é talvez o mais sofisticado, o mais influente e inspirador, certamente o mais enciclopédico e enigmático pensador do anarquismo. E isso coloca uma questão inevitável: se é assim, então do que provém este esquecimento de Proudhon? Como explicar que um dos autores mais seminais do anarquismo tenha sido quase que completamente ignorado até mesmo pela maioria dos anarquistas?

Para além do fato de que Proudhon é certamente o autor cuja compreensão é mais árdua devido o debate direto e constante que ele estabelece com filósofos como Kant, Leibniz, Espinosa etc., eu penso que o silêncio em torno de Proudhon deve-se sobretudo ao que se poderia chamar "efeito Marx". Vocês sabem que Marx imputou a Proudhon, após a publicação, em 1846, da Filosofia da Miséria, o epíteto de idealista, acusando-o de tomar as idéias e as noções como se fossem realidades, quando na verdade, segundo Marx, eram somente efeitos ou produtos de realidade. E esta acusação de idealismo de Marx contra Proudhon ficou muito conhecida e até mesmo enormemente difundida graças ao livro-resposta de Marx, Miséria da Filosofia. Foi através deste livro que a sombra de Marx ofuscou por mais de um século o brilho de Proudhon.

Bom, tudo isso é muito conhecido. Agora, o que quase ninguém conhece, aquilo que ninguém menciona, é que foi o próprio Bakunin quem perenizou a acusação de Marx contra Proudhon escrevendo, em 1873, em Estatismo e Anarquia, que "o Sr. Marx leu, naturalmente, e releu todos os socialistas franceses, desde Saint-Simon incluindo Proudhon; como se sabe, odeia este último, e não há nenhuma dúvida que na crítica impiedosa que ele fez contra Proudhon existe muito de verdade. Proudhon, apesar de todos seus esforços para se colocar no terreno prático, permaneceu sem embargo um idealista e um metafísico. Seu ponto de partida é a idéia abstrata do direito, do direito passa ao fato econômico, enquanto o Sr. Marx, em oposição a Proudhon, expressou e demonstrou a verdade indubitável, confirmada pela história passada e contemporânea da sociedade humana, dos povos e dos Estados: que o fator econômico precedeu e precede sempre o direito jurídico e político. Na exposição e na demonstração desta verdade consiste um dos mais importantes serviços científicos prestados pelo Sr. Marx."

Já em 1872, um ano antes, Bakunin tinha escrito que "Marx é um pensador econômico muito sério, muito profundo. Ele tem a grande vantagem de ser um verdadeiro materialista. Proudhon, apesar de todos seus esforços para sacudir as tradições do idealismo clássico, não deixou de ser toda sua vida um idealista incorrigível, inspirando-se, como lhe disse dois meses antes da sua morte, ora na Bíblia, ora no direito romano, e sempre metafísico até a raiz dos cabelos. A sua grande desgraça foi nunca ter estudado ciências naturais, e de não se ter apropriado do seu método. Ele teve instintos de gênio que lhe teriam feito entrever a via justa, mas seduzido pelos maus hábitos idealistas do sei espírito, retornava sempre aos seus velhos erros; o que fez com que Proudhon fosse uma contradição perpétua, um gênio vigoroso, um pensador revolucionário debatendo-se sempre contra os fantasmas do idealismo, mas nunca conseguindo vencê-los." Pelo contrário, segundo Bakunin, "Marx como pensador está na boa via. Ele estabeleceu como princípio que todas as evoluções políticas, religiosas e jurídicas na história são não as causas, mas os efeitos de evoluções econômicas – é um grande e fecundo pensamento que não foi totalmente inventado por ele, foi entrevisto, em parte, expresso por muitos além dele – mas de qualquer modo pertence a ele a honra de o ter estabelecido solidamente e de o ter o posto como base de todo o seu sistema econômico. (...) É bem possível que Marx se possa elevar teoricamente a um sistema ainda mais racional da liberdade do que Proudhon".

Como está claro, do ponto de vista teórico, Bakunin não era proudhoniano, mas marxista: adepto da mesma racionalidade histórica de Marx. Coisa, aliás, consoante com o fato de Bakunin ter sido na sua juventude, tanto quanto Marx, um hegeliano fervoroso; assim como não deve causar nenhuma estranheza o fato de que Bakunin foi o tradutor para o russo da principal obra de Marx, O Capital. Enfim, tudo isso é muito importante e mereceria um estudo aprofundado que procurasse estabelecer quais efeitos políticos efetivamente teve para o anarquismo esta veia marxista em Bakunin; mas deixemos de lado as preferências filosóficas de Bakunin e suas implicações para um outro debate. Citei estas passagens apenas para mostrar como a desqualificação do pensamento de Proudhon feita por Marx encontrou não a recusa, mas uma confirmação declarada de Bakunin. E de que maneira? Está claro: Bakunin separou teoria e prática política, separou saber e poder, e com isso foi levado simultaneamente ao elogio do Marx teórico e à recusa do Marx político; e ao contrário, esta mesma separação entre teoria e prática política conduziu Bakunin ao elogio de um Proudhon político ao mesmo tempo em que condenava um Proudhon teórico. Com isso, Bakunin de certa maneira consagrou no interior do próprio anarquismo a sombra de Marx sobre Proudhon e a desqualificação do seu pensamento: Proudhon, o teórico metafísico da anarquia, o pensador não científico, ingênuo, inferior; um pensamento que está abaixo do nível de cientificidade exigido pela revolução; um pensamento que é mal elaborado e que, portanto, deve ser repelido pela hierarquia da ciência. Enfim, um pensamento que não vale a pena. Mas, o preço que se paga no momento em que um pensamento é taxado de não legítimo, é o de abrir caminho para que se imponha um outro pensamento mais legítimo. E, ironia do destino ou não, contra o pensamento desqualificado da anarquia de Proudhon, foi sobreposto um outro pensamento mais qualificado, mais científico, numa palavra, mais verdadeiro: precisamente o pensamento de Bakunin. Em 1889, Engels escrevia que "a anarquia ingênua, da qual Proudhon não fez mais que conferir o sentido etimológico (quer dizer: ausência do poder de Estado), não teria jamais se transformado nas doutrinas anarquistas atuais se Bakunin não tivesse injetado nela uma boa dose de 'revolta' stirneriana".

Em suma, aquilo que também se vê claramente na história é que este efeito Marx sobre Proudhon que, paradoxalmente, recebeu a chancela de Bakunin, conheceu uma longa duração. Georges Duveau, escrevendo sobre Proudhon, Bakunin e as reações operárias nos anos '60, afirmou que, nesta época, "Proudhon, tratado sob a luz do marxismo, assumia a curiosa feição de um garoto rebelde numa mescla de metafísica e de sentimentos anti-operários." Agora, coisa ainda mais grave é ver este efeito Marx funcionando no interior do próprio anarquismo, funcionando sob a luz do bakuninismo, por exemplo, quando, nos anos 1980, Victor García aceitou plenamente a "classificação que confere para Godwin, Proudhon e Bakunin, a posição historiográfica nas fases de pré-anarquismo, proto-anarquismo e anarquismo, respectivamente". Para terminar esta breve introdução, se vocês quiserem, eu creio que é nesta condenação de Proudhon por Bakunin e pelo bakuninismo que é preciso buscar a origem do chamado plataformismo e de algumas outras tendências que esforçaram-se em sintetizar Marx e o anarquismo, coisas que para mim foram e permanecem sendo irredutivelmente irreconciliáveis, diga-se o que se quiser.

Dito isso, vamos ao tema "Dinheiro e Anarquia". Vou começar falando desta experiência um tanto enigmática para nós, porque pouco conhecida, chamada "Banco do Povo". Trata-se simplesmente de uma associação de crédito em que o roubo organizado que os economistas chamam "juros" é excluído; associação pensada contra o que Proudhon chamou de "feudalismo agro-industrial". Esta associação de crédito batizada por Proudhon de "Banco do Povo" foi criada em janeiro de 1849 em Paris e chamou-se oficialmente P. J. Proudhon e Cia. Proudhon foi seu diretor-gerente e autor, juntamente com um grupo de colaboradores saint-simonianos e fourieristas, dos 88 artigos que compunham seus estatutos. O Banco do Povo teve uma existência breve, pouco mais de 7 semanas, sendo liquidado em abril do mesmo ano. No entanto, teve um sucesso relativo: em 6 semanas de existência alcançou o número de 60.000 pessoas e um capital

de 20.000 francos. A legislação financeira da época, como condição para que o Banco continuasse operando, obrigava um capital de milhão de francos integralizados em 10 meses. Proudhon contava com os fundos do seu jornal "Le Peuple" que se tornaria acionista aumentando o capital do Banco; mas o jornal foi condenado a pagar multas por atentar contra a ordem pública, não lhe restando fundos. Aqui está, provavelmente, uma das razões de liquidação do Banco do Povo.

Uma das idéias centrais do Banco do Povo era a noção de crédito gratuito. E Proudhon explica: "O crédito, do ponto de vista das relações privadas [ou capitalistas] é simples empréstimo; já do ponto de vista das relações sociais é um mutualismo, um cambio. Deste cambio nasce a circulação." A circulação é o movimento de valores dos pessoas entre si. Assim, são as condições de cambio entre credores e devedores que gerarão o sistema de relações correspondente. Por exemplo, nas relações capitalistas, como ocorre esta circulação? "O proprietário empresta suas terras mediante pagamento de aluguel; o banqueiro mediante uma dedução de juros; o comerciante reserva o lucro; o corretor uma comissão etc. Do ponto de vista da economia social [do mutualismo], os serviços entre as pessoas não fazem mais que trocarem-se ou cambiarem-se uns com os outros segundo uma regra de proporção que constituirá seu valor relativo; não existe ganho de capital." (Idem, p. 163)

Então, o que seria preciso fazer para sair desta prática econômica capitalista para práticas econômicas de tipo mutualista? "Uma coisa muito simples, diz Proudhon: basta que todos, de comum acordo e por convenção pública, façam o que faziam meramente por consentimento tácito sem darem-se conta", ou seja, é preciso uma " reivindicação voluntária e refletida das relações econômicas" (p. 164). Segundo Proudhon, na medida em que se solicita o concurso e a participação de todos, obtém-se uma espécie de conciliação geral. "Os cidadãos aprendem a trabalhar coletivamente ao invés de impor a lei e a explorar uns aos outros. Os ódios de classe se extinguem entre os participantes desta iniciativa ao contrário de serem exaltados pelas disputas de poder. Esquece-se a tirania; fortalece-se, por meio da transação, a liberdade." (p. 165-166) Esses foram os princípios pensados por Proudhon que deveriam ser estabelecidos a partir da prática do crédito gratuito.

A primeira vista, esta proposição proudhoniana aparece duplamente como ingênua e paradoxal. Ingênua porque afinal, esperar a transformação social de práticas de crédito gratuito mutualistas não seria uma tolice? Paradoxal porque um anarquista propondo crédito gratuito, banco do povo etc., ao invés de exigir a destruição e a abolição dos bancos? Então vejam, eu creio que este duplo estranhamento provém do fato de que nós somos demasiadamente crédulos na Revolução como sendo o único "lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário" (HS1, p. 91). Este privilégio exclusivo da Revolução resulta de nossa fé na Revolução como ruptura radical e maciça; e esta fé nos impede de perceber a potência daquelas transformações pequenas, mas muito reais. Assim, se vocês quiserem, o Banco do Povo responde a postura anti-Revolução de Proudhon. Em que sentido?

Na famosa resposta de Proudhon a uma correspondência em que Marx defendia a necessidade de um coup de main, golpe revolucionário (e que a história mostrou não ser outra coisa que golpe de Estado), Proudhon afirmou que "nossos proletários têm tal sede de compreensão que seríamos por eles muito mal recebidos se nada lhes déssemos a beber senão sangue" . Essas poucas palavras revelam a distância ética que separa dois projetos políticos: anarquismo e marxismo. O marxismo se mostrou tributário da prática revolucionária do jacobinismo francês com toda sua espessura terrorista, e lhe deu viva continuação em todas as revoluções nas quais foi força hegemônica. Jacobinismo é um termo que designava os revolucionários do clube dos jacobinos, um convento dominicano, que foi força hegemônica durante a Revolução Francesa. Desde então, o termo jacobino é utilizado para referir-se a "homens decididos à conduzir a Revolução 'até o fim'". Razão pela qual o jacobinismo foi considerado "uma nova Igreja, que seria equivalente a Inquisição e a Cia. de Jesus", constituindo um tipo de fanatismo revolucionário. Em todo caso, entre jacobinismo e marxismo existe uma relação de apropriação: a profecia defendida por Babeuf da Revolução como sendo a última da humanidade, "foi transcrita em termos de reflexão 'científica' por Marx e Engels desde 1848."

Portanto, é desta prática revolucionária jacobina que o anarquismo de Proudhon se separa radicalmente. Mas isso o torna reformista? Sim, se por reformismo entendermos a negação do golpe revolucionário jacobino. Não, na medida em que o anarquismo é pela revolução, ou seja, é partidário da transformação radical das coisas e dos homens. O que é preciso compreender com clareza é que o "tempo revolucionário" no anarquismo é radicalmente distinto do "tempo revolucionário" defendido pelo marxismo e pelo reformismo liberal e socialista. "Dessa gente que, diz Proudhon, não vê a revolução a não ser em catástrofes e em golpes de Estado."

Então vejam, voltando ao Banco do Povo, Proudhon estava convencido que na prática mutualista do crédito gratuito estava em jogo a eliminação da aristocracia capitalista e da própria autoridade do governo. De que maneira? Segundo Proudhon, é uma ingenuidade exigir, como alguns socialistas, a abolição do dinheiro. O que é preciso destruir são seus privilégios. Não existe sociedade possível sem uma medida qualquer de troca, e foi desta necessidade que um "certo produto entre todos, aquele cujo valor pareceria mais autêntico, mais bem definido, menos alterável e que, a essa vantagem, acrescentasse a de uma grande facilidade de conservação e de transporte, [enfim, esse produto] foi tomado como tipo, isto é, de uma só vez como instrumento de circulação e paradigma dos outros valores. É, portanto, inevitável que esse produto, verdadeiramente privilegiado, se torne o objeto de todas as ambições, o paraíso em perspectiva do trabalhador, o paládio do monopólio; [é inevitável] que sob a forma da moeda, [esse produto se torne] um capital dormente, uma riqueza fora do consumo. (...) Um cofre repleto de moeda em espécie é uma arca santa, uma urna mágica, que dá àqueles que têm o poder de tirar dela, a saúde, a riqueza, o prazer e a glória." (FM2, p.98) Desta forma, é a "religião do dinheiro", não o dinheiro como meio de troca e circulação, que é preciso abolir. De que modo? Generalizando seu princípio. "Se todos os produtos do trabalho tivessem o mesmo valor cambiável como a moeda, todos os trabalhadores usufruiriam das mesmas vantagens que os detentores da moeda; cada um possuiria em sua faculdade de produzir uma fonte inesgotável de riqueza." (Idem)

Entretanto, foi sobre esta religião do dinheiro, do dinheiro como Ídolo da humanidade, que o crédito foi fundado nas relações econômicas do capitalismo. O capitalismo fez do "dinheiro a mercadoria por excelência, o produto cujo valor é o mais autêntico e o mais cotado; por conseguinte, o agente das trocas, o protótipo de todas as avaliações. Entretanto, apesar dessas eminentes prerrogativas, o dinheiro não é a riqueza; sozinho, nada pode para nosso bem-estar" (Idem, p. 115). Mas então, do que procede seu privilégio? Da consagração da autoridade. Nascida de um movimento espontâneo da sociedade, a moeda cunhada sucessivamente de couro, seda, concha, ferro, bronze, até ganhar a forma da prata e do outro, foi em seguida apoderada pelos soberanos que impuseram a ela o seu selo real: "dessa consagração soberana nasce a moeda, isto é, a mercadoria por excelência" (MF1, p.99). De maneira que, aquilo que distingue o dinheiro em sua história não tanto o material de que é feito, mas é esta intervenção de uma autoridade pública num determinado momento da sua história. E é esta intervenção, causa e condição da religião do dinheiro, que faz com que o crédito seja "hipócrita como o imposto, espoliador como o monopólio, agente de servidão como as máquinas. (...) o crédito é ladrão, assassino, princípio, meio e fim do feudalismo industrial." (MF2, p. 150).

Neste sentido, o Banco do Povo, destinado a garantir o crédito gratuito e a abolir o império do dinheiro, daria "o exemplo da iniciativa popular, tanto para o governo quanto para a economia (...), convertendo-se para o proletariado em princípio e instrumento de emancipação" (Confissões, p.218). Retomando a recusa de Proudhon do jacobinismo revolucionário do qual falamos, vou terminar com esta citação que me parece caracterizar bem o espírito propulsor do Banco do Povo. Diz Proudhon: " É loucura atacar as muralhas da autoridade com vossa ladainha democrática e social; direcione-a contra a inércia das massas, contra o prejuízo governamental que paralisa todo impulso popular e deixem cair, devido sua própria inutilidade, o despotismo. Suscitem esta ação coletiva sem a qual a condição do povo será eternamente desgraçada e seus esforços impotentes. Ao invés de pretender o poder, exijam-lhe que não se intrometa em nada e ensinem ao povo a trabalhar por si mesmo, sem o socorro do poder, da riqueza e da ordem." (Confissões, p. 223).

Era isso que estava em jogo no projeto proudhoniano do Banco do Povo.

Memória

Tal qual em 1998, quando em uma só [illegible] perdemos três grandes companheiros: Antonio Martinez, Mauricio Tragtenberg e Jaime Cubero, no período entre 2009/2010 nos despedimos de quatro outros companheiros de respeito: Edgar Rodrigues, Diego Gimenez, Chico Cuberos e Virgilio Dall'Oca, juntaram-se a tantos outros para emprestarem seus atos e feitos ao rol de citações.

Esses companheiros, além da importância dentro do Centro de Cultura Social e no movimento anarquista das últimas décadas, construíram biografias que são exemplos de vidas aguerridas e dignas de nota.

Fica aqui somente para registro da memória, pois tudo que viveram, disseram e nos transmitiram não necessita de placas de bronze: são indeléveis para os que com eles conviveram.

Entre os dias 9 e 11 de fevereiro de 1953, participou de um encontro anarquista brasileiro, na residência de José Oiticica, onde conheceu outros militantes ácratas que atuavam em São Paulo: Edgard Leuenroth, Adelino Tavares de Pinho, Lucca Gabriel, Osvaldo Salgueiro e outros... Nesse período, também conheceu pessoalmente o escritor e jornalista espanhol Victor Garcia (Tomás-Germinal Gracia Ibars), o poeta e escritor romeno Eugen Relgis e o companheiro paraguaio Ceríaco Duarte.

Publicou seu primeiro livro "Na Inquisição do Salazar" em maio de 1957, pela Editora Germinal, de Roberto das Neves. Tornou-se membro da Sociedade Naturista Amigos de Nossa Chácara (SNANC) [5].

Em 7 de março de 1958, por iniciativa do Grupo Libertário Fábio Luz[6], foi fundado o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), em homenagem ao recém-falecido José Oiticica (22/07/1882 – 30/06/1957), com o propósito de continuar a prolífera obra do valoroso companheiro. O grupo que assinou a ata de fundação do CEPJO era composto por: Edgar Rodrigues, Afonso Alves Vieira, Ideal Peres, Esther de Oliveira Redes, Seraphim Porto, Manuel dos Santos Ramos, Francisco de Magalhães Viotti, Germinal Bottino, Fernando Gonçalves da Silva, Pedro Gonçalves dos Santos, Roberto Barreto Pedroso das Neves, Enio Cardoso e Raul Vital (Atayde da Silva Dias).

Entre as atividades do CEPJO, constavam conferências, cursos e leituras comentadas sobre arte, política, história, vegetarianismo, psicologia, teatro, cinema, literatura, geografia, sociologia e anarquismo. Os convites para as atividades eram feitos na imprensa diária. O Centro também promoveu, em conjunto com outros grupos, comícios do movimento estudantil e uma campanha pela libertação e asilo político do espanhol anarquista José Comin Pardillos.

Outra iniciativa do CEPJO foi a criação da Editora Mundo Livre que publicou os seguintes livros anarquistas: *O Retrato da Ditadura Portuguesa*, de Edgar Rodrigues (1962); *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de José Oiticica (2ª Edição - 1963); *Anarquismo – Roteiro de Libertação Social*, de Edgard Leuenroth (1963); *O Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*, de Pedro Kropotkine (1964) e *Erros e Contradições do Marxismo*, de Varlan Tcherkesoff (1964).

O Centro de Estudos Professor José Oiticica teve uma atuação anarquista durante doze anos (cinco deles sob a repressão da ditadura militar brasileira, 1964-1985), até ser invadido, assaltado e fechado pelas forças armadas[7]. As prisões começaram no dia 8, e continuaram nos dias 9, 10, 15 e 21 de outubro de 1969.

Entre os presos, acusados e denunciados estavam: Edgar Rodrigues, Pietro Michele Stefano Ferrua, Ideal Peres, Antonio Costa, Fernando Gonçalves da Silva, Manoel dos Santos Ramos, Paulo Fernandes da Silva, Roberto Barreto Pedroso das Neves, Eli Briareu de Oliveira, Mário Rogério Nogueira Pinto, Antonio Rui Nogueira Pinto, Maria Arminda Sol e Silva, Antonio da Silva Costa, Elisa da Silva Costa, Roberto da Silva Costa e Carlos Alberto da Silva. Foram impronunciados: Michelangelo Privitera e Esther de Oliveira Redes[8].

Militantes anarquistas anônimos (pela conjuntura política da época) de São Paulo e de outras partes do Brasil contribuíram financeiramente com os gastos judiciais, numa grande demonstração de solidariedade libertária. O processo durou até 30 de novembro de 1971.

No mesmo período em que foi vítima desse processo militar, Edgar Rodrigues iniciou, numa atitude pioneira, a publicação de livros resgatando a história do movimento anarquista no Brasil[9], e posteriormente, a história do movimento libertário português[10].

Edgar Rodrigues escreveu 62 livros (entre 1957-2007), publicados sobretudo no Brasil e em Portugal, mas também na Itália, Venezuela e Inglaterra (alguns na terceira edição).

Por volta de 1976, participou junto com a companheira Elvira Boni, do documentário "O Sonho Não Acabou" de Cláudio Khans, exibido algumas vezes na televisão e em eventos libertários.

Colaborou com o jornal anarquista *O Inimigo do Rei* enquanto ele existiu (1977-1988) e também escreveu mais de 1760 artigos na imprensa de 15 países, entre eles: *Voluntad* (Uruguai), *Solidaridad Obrera* (França), A Batalha (Portugal), *El Libertario* (Cuba), *Tierra y Libertad* (México/Espanha), *El Sol* (Costa Rica), C.N.T. (França), La Protesta (Argentina), *Solidaridad Gastronómica* (Cuba), *L'Adunata Dei Refrattari* (Estados Unidos), *Ruta* (Venezuela), *Reconstruir* (Argentina), *Voz Anarquista* (Portugal), *El Libertario* (Venezuela) e muitos outros.

abril-maio de 1986, participou do congresso pela reorganização da Confederação Operária Brasileira (COB), na sede do Centro de Cultura Social de São Paulo, na rua Rubino de Oliveira, número 85, Brás.

Em 21 de agosto de 1986, foi um dos sócios-fundadores do arquivo Círculo Alfa de Estudos Históricos (CAEH) juntamente com: Nito Lemos Reis, Antonio Martinez, José Carlos Orsi Morel, Jaime Cubero, Francisco Cuberos, Felix Gil Herrera, Liberto Lemos Reis, Fernando Gonçalves da Silva e Ideal Peres[11].

Nesse arquivo deixou boa parte dos materiais de estudo (livros, jornais, fotos, cartas, atas, memórias manuscritas e demais documentos, muitos deles cópias únicas) que reuniu durante toda uma vida dedicada ao resgate da trajetória das atividades anarquistas no Brasil e no Mundo. Conseguiu todo esse acervo visitando velhos companheiros anarquistas, convencendo-os a escreverem suas memórias, entrevistando-os, tendo correspondência com eles, comprando e conseguindo doações desses materiais com militantes históricos do movimento (novamente numa iniciativa pioneira para seus contemporâneos), tais como: Joaquim Fernandes, Manuel Lopes, Luís Saturnino, Manuel Perez, Ideal Peres, José Marques da Costa, José Francisco dos Passos, João Perdigão Gutierrez, Manuel Marques Bastos, Pedro Catallo, João Navarro, Adriano Botelho, Elias Iltchenco, entre outros... [12]

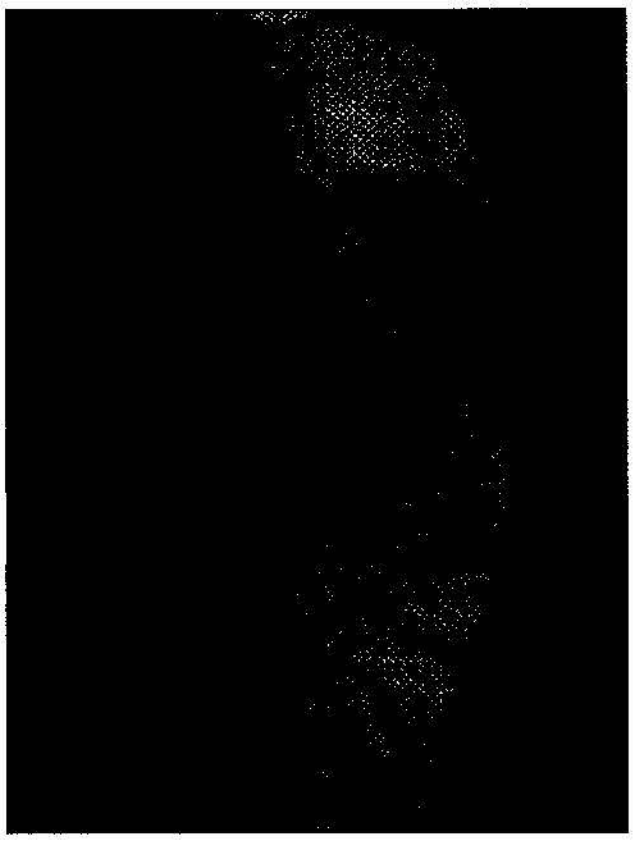
Não obstante, o sofrido esforço de Edgar Rodrigues para adquirir esses materiais e todos os riscos que enfrentou durante a ditadura militar para preservar esse documentos, os membros remanescentes do Círculo Alfa de Estudos Históricos, na pessoa de José Carlos Orsi Morel, trocou as fechaduras do imóvel do arquivo, localizado na rua Gonçalves Dias, número 220, no bairro do Brás (São Paulo), impedindo que Edgar Rodrigues tivesse acesso ao arquivo, para logo em seguida, numa manobra obscura, expulsá-lo da entidade sem direito à defesa, demonstrando uma atitude completamente antagônica com os princípios anarquistas e os conceitos básicos de justiça.

Em abril de 2002, Rute Coelho Zendron fez "Um Estudo Sobre Edgar Rodrigues" pela P.U.C., que virou um interessante vídeo documentário sobre a vida e obra de Edgar Rodrigues[13].

Edgar Rodrigues faleceu na noite de 14 de maio de 2009 (quinta-feira), na sua residência, no bairro do Méier (Rio de Janeiro), devido uma parada respiratória. Deixa esposa, filhos, netos, uma vasta obra anarquista para ser estudada e um grande exemplo a ser seguido.

---

1. Ambos tinham trocado correspondência entre 1932-1937, enquanto Luis Joaquim Portela estava preso.
2. Em 10 de setembro de 1952.
3. "Fala Um Operário Português" foi o primeiro artigo publicado por Antônio Francisco Correia, o texto saiu no jornal *Ação Direta* (Rio de Janeiro), número 80, em maio/junho de 1952.
4. Antônio Francisco Correia também chegou a escrever usando pseudônimos como Varlin, Zola e outros...
5. A Sociedade Naturista Amigos de Nossa Chácara foi registrada em 9 de novembro de 1939, e o grupo que iniciou o trabalho de construção dela era composto por: Germinal Leuenroth, Nicola D'Albenzio, Virgilio Dall'Oca, Justino Salgueiro, Salvador Arrebola, Antônio Castro, João Rojo, Benedito Romano, José Oliva Castillo, Roque Branco, Antônio Valverde, Cecílio Dias Lopes e Lucca Gabriel. A Nossa Chácara/Nosso Sítio foi uma iniciativa essencial para a reorganização do movimento anarquista no Brasil, após o final da ditadura de Getúlio Vargas, e foi palco de importantes congressos e encontros libertários entre 1948 até o final dos anos sessenta.
6. O Grupo Libertário Fábio Luz (depois Grupo de Ação Libertária), formado por militantes como: Edgar Rodrigues, Seraphim Porto, Roberto Das Neves, Enio Cardoso e Afonso Vieira, existiu entre a morte de José Oiticica e a fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica. Com o passar do tempo após a fundação do Centro, o Grupo Libertário foi absorvido pelo CEPJO.
7. Os militares também invadiram moradias, escritórios profissionais, a Editora Germinal e roubaram centenas de pertences desses locais.
8. Edgar Rodrigues ajudou a esconder Esther de Oliveira Redes num sítio em Jacarepaguá, e através de troca de serviços "comprou" o impronunciamento dela e retirou vários documentos do processo que poderiam comprometer outros companheiros.
9. Entre os livros clássicos de Edgar Rodrigues que resgatam a história do movimento anarquista no Brasil, estão: *Socialismo e Sindicalismo no Brasil* (1675-1913) de 1969, *Nacionalismo e Cultura Social* (1913-1922) de 1972, *Trabalho e Conflito* (1900-1935) de 1977 e *Novos Rumos – Pesquisa Social* (1922-1946) de 1978.
10. *Anarquistas e os Sindicatos em Portugal* (1911-1922) de 1981, *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura* (1922-1939) de 1981 e *A Oposição Libertária em Portugal* (1939-1974) de 1982.
11. Esther de Oliveira Redes não assinou a ata de fundação, mas esteve presente nas reuniões e contribuía para a manutenção do arquivo até comunicar seu desligamento do mesmo.
12. Conseguiu com Sônia Oiticica, por exemplo, cartas de quando seu pai José Oiticica, esteve preso na Ilha Rasa (Rio de Janeiro) entre 1924-1925.
13. Outros estudos acadêmicos sobre Edgar Rodrigues foram feitos, entre eles, constam-se: a tese "Edgar Rodrigues: I Tempi e Le Opere" de Marco Mazzeo, Universidade de Nápoles/Itália (2005) e o trabalho de pós-doutorado (monografia) "A Sementeira de Idéias – Edgar Rodrigues Uma Vida Dedicada A Memória Anarquista", de Anna Gicelle Garcia Alaniz, para a Faculdade de Educação da Unicamp (2008).



Diego Giménez Moreno – Um exemplo de atuação Anarquista

Por Marcolino Jeremias

Negando a oportunidade de ter uma vida cômoda dentro da sociedade capitalista, a trajetória de Diego Giménez Moreno no movimento anarquista foi edificada com dedicação, coerência, força de vontade e muita coragem para lutar contra a violência, a repressão, a injustiça, as ditaduras (de direita e de esquerda) e toda espécie de obstáculos que se apresentaram no decorrer do caminho.

Viver clandestinamente, abdicar da companhia de seus familiares, abandonar seu país de origem, ser julgado e condenado a ser preso em campos de refugiados (construídos com dinheiro público), foi o preço que Diego teve que pagar por semear as idéias libertárias de igualdade e solidariedade humana.

Diego Giménez Moreno nasceu no dia 10 de abril de 1911, na Vila de Jumilla, província de Murcia. Filho mais velho de Maria Moreno Muñoz e de Diego Giménez Guardiola, seu pai era trabalhador rural e filiado a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Na residência familiar viviam também seu irmão (Roberto Giménez Moreno), suas irmãs (Ana Giménez Moreno e Maria Giménez Moreno, essa última ainda viva) e sua avó materna (Ana Muñoz Avellán).

Na infância Diego Giménez estudou em uma escola pública em Jumilla, onde havia aulas religiosas. Certa vez, o professor castigou fisicamente Diego por não ter respondido uma pergunta sobre o catecismo. Ao informar o episódio ao seu pai, Diego foi transferido para uma escola do sindicato, onde seu pai era filiado. Estudou até os 8-9 anos e foi ajudar seu pai no trabalho agrário.

Na seqüência, a família de Giménez fixou residência em Badalona (Barcelona-Catalunha), buscando melhores condições de trabalho.

Inicialmente, Diego (aos 12 anos) começou a trabalhar numa fábrica de velas, para ajudar seu pai que trabalhava na empresa francesa Cros de produtos químicos. Pouco tempo depois Diego já estava trabalhando na empresa italiana Metagraf, que reunia trabalhadores gráficos e metalúrgicos.

Nessa época, seu pai trouxe o livro "Manolín – Leyenda Popular" de Estéban Beltrán Morales (4ª edição, 1910, Espanha) e esta foi sua primeira leitura socialista.

Em 1928, Diego Giménez (com 17 anos) perdeu seu pai, que morreu aos 42 anos por intoxicação aos produtos químicos com os quais trabalhava e se tornou o homem mais velho de sua família, redobrando sua responsabilidade.

Após o final da ditadura espanhola (1923-1930) e das eleições de 14 de abril de 1931, com a vitória do Partido Republicano, surgiram diversas publicações de caráter anarquista, das quais Diego Giménez Moreno teve acesso, entre elas: La Novela Ideal (de Federico Urales, Pseudônimo de Juan Montseny), La Revista Blanca, El Luchador, Generación Consciente (posteriormente Estudios) e a partir dessas leituras sobre pedagogia libertária, medicina natural, educação ambiental, tecnologia, entre outros, tornou-se anarquista e começou a militar no Sindicato das Artes Gráficas, onde tornou-se tesoureiro, secretário e depois presidente do Sindicato.

Nas palavras do próprio Giménez: "Fui presidente do Sindicato das Artes Gráficas e isso não é um orgulho para mim! Não é um prêmio! É uma obrigação que eu tive no terreno do sindicalismo... Durante a guerra civil, tentei deixar meu cargo e não me permitiram. Naquela noite chorei... Chorei sim, na assembléia, porque vi que eles queriam que permanecesse ali".

Em 1934, Diego se casou com Maria Roger Aguilar, e no ano seguinte nasceu seu primeiro filho Helios Giménez Roger.

Em 17 de julho de 1936, quando o exército do general Franco se levantou contra a República e Barcelona se insurgiu contra o golpe de Estado, Diego Giménez Moreno participou da revolução armada nas ruas.

No dia 26 de julho de 1936, o Sindicato de Barcelona proclamou a volta ao trabalho. Na fábrica onde Diego trabalhava (Metagraf) juntamente com cerca de mil operários, o patrão fugiu e nomeou-se um comitê autogestionário composto por um trabalhador de cada secção industrial, para dar continuidade ao trabalho fabril. Diego coordenou uma pequena secção na indústria de embalagens.

Em setembro de 1937, Diego Giménez chegou ao front de guerra, a 30 quilômetros de Zaragoza (capital de Aragão) na Brigada 21 da Coluna Durruti, setor Bajo Abril. O capitão, que era um amigo e companheiro anarco-sindicalista, queria enviar Diego para a Escola de Guerra em Barcelona e em três meses ele voltaria com grau de tenente. Diego comenta o episódio: "Eu falei para o capitão que ele sabia que nós não havíamos sido educados para isso e, portanto, não aceitei o convite. Hoje eu estaria recebendo um salário mensal de tenente, é um dinheiro, não? Mas eu não estou preocupado, eu fiz o que minha consciência anárquica me aconselhava".

Segundo o próprio Diego, o setor onde ele estava "não era um lugar de luta constante porque não tínhamos armas suficientes para o enfrentamento. Não recebemos ajuda, nem fuzis, passamos meses nessa situação". Posteriormente, esse grupo foi substituído pelas Brigadas Internacionais e a nova linha de defesa passou a ser em Montsec (Lérida), província de Catalunha. Diego fez parte de um grupo de defesa contra gazes na Brigada 21 da 26ª Divisão (antiga Coluna Durruti), que além de conservar o equipamento, treinava a utilização de máscaras, simulando situações de emergência, e transmitia esses conhecimentos para grupos de soldados em hora de descanso.

Em 20 de novembro de 1938, durante as homenagens do segundo ano da morte do anarquista Buenaventura Durruti, ao sair de madrugada para Barcelona, Diego foi ferido com um tiro e, após os primeiros socorros, levado para um hospital na cidade de Manresa (Bages-Barcelona). Foi justamente quando recomeçou a ofensiva franquista, chegando muitos feridos neste hospital.

Diego foi evacuado para o Monastério de MontSerrat (Bages-Barcelona), onde ficou por quinze dias e depois o levaram para Santo Hilário, recebendo a visita de sua mãe e esposa.

Em dezembro de 1938, com o avanço dos fascistas, Diego foi levado para o hospital de Ripoll (Barcelona-Catalunha), onde ficou mais 15 dias e seguiu para Puigcerda (Gerona-Catalunha), depois Bourg-Madame (já na França) e de trem até Auch (Gers-França), num quartel que tinha sido adaptado para um hospital.

No dia 31 de abril de 1939 (final da guerra civil espanhola), Diego foi enviado para o Campo de Refugiados Sept Fonds, e lá esteve (entre outros) com um companheiro de 16 anos chamado Juan.

Em Sept Fonds, pode manter correspondência com a família, porém, esteve o tempo todo mal alojado (não tinha leito para dormir, entre outras coisas) e tinha acesso a pouco alimento.

Durante alguns meses, participou de uma companhia de trabalho na construção de uma estrada de ferro entre as cidades de Le Mans (capital de Sarthe) e Le Loar, e outra nas proximidades de Bourdeaux (capital de Aquitania).

Em 1940, quando os alemães invadiram Bordeaux, Gimenez foi transferido para um campo de refugiados em Le Vernet (Ariège) e depois Melilesben, onde pode visitar os companheiros Fernando e Aurora, em Pamiers (Ariége).

Diego trabalhou ainda no rescaldo do rio Tet (sul da França) e na construção de uma central elétrica.

No dia 12 de fevereiro de 1942, Giménez saiu clandestinamente em direção a fronteira da Espanha. Sua companheira, Maria Roger Aguilar, havia lhe informado que a polícia espanhola não sabia de sua atuação sindicalista (naquela conjuntura social, participar de sindicato era considerado crime) e, portanto, não constava nenhuma punição contra ele.

Diego foi até a cidade de Figueras (Gerona-Catalunha), onde a polícia o levou algemado até um quartel de Barcelona. Ficou durante dez dias num Campo de Depuração em Reus (Tarragona-Catalunha) e foi libertado em 24 de fevereiro de 1942, quando pode novamente se reunir com sua esposa, seu filho e sua filha Luz Giménez Roger.

Em Barcelona trabalhou 10 anos em uma fábrica onde a carga horária chegava até 16 horas por dia. A situação econômica era muito difícil e mesmo com o trabalho de sua companheira, de seu filho (com 16 anos) e de sua filha (com 12 anos) não era o suficiente para superar as dificuldades.

No dia 16 de março de 1946, nasceu sua nova filha, Rosa Giménez Roger, e no dia 10 de abril de 1952, Diego resolveu embarcar para o Brasil com seu filho. Quinze dias depois, chegaram ao Porto de Santos.

Fixaram residência na Vila Santa Clara, na cidade de São Paulo, e em poucos dias, Diego e seu filho já estavam trabalhando.

Após oito meses, a esposa e as duas filhas puderam também imigrar para o Brasil.

Por intermédio de um amigo (Joaquim Vergara), Diego fez contato com a Sociedade Naturista Amigos de Nossa Chácara (que na época, era o local onde se realizava os Congressos Anarquistas no Brasil) e com o Centro de Cultura Social, desde então contribuindo e participando das atividades de ambos.

Entre 1972-1973, escreveu artigos para o periódico anarquista "Le Combat Syndicaliste" (Paris-França), com os pseudônimos de "El Buscador" e "El Exiliado". E em 5 de outubro de 1975, escreveu e publicou em português (dividindo a autoria com seu irmão Roberto Giménez Moreno) o livro "Mauthausen – Campo de Concentração e de Extermínio" (tiragem de 2.300 exemplares), pela Ediciones Hispano-Americanas no Brasil.

Diego Giménez Moreno também proferiu diversas conferências em São Paulo (a maioria no Centro de Cultura Social) e em outras cidades paulistanas, sobre sua experiência libertária na guerra civil espanhola, assim como procurou sempre estar em contato com os jovens.

Um forte traço do caráter de Giménez é sua irrefutável autonomia, sendo adversário ferrenho do tabagismo e do alcoolismo. O vício constitui uma fraqueza de vontade e, por sua vez, o consumo de álcool e tabaco, além de prejudicar a saúde, fortaleça a indústria dessas drogas e do próprio capitalismo.
Nas palavras de Diego: "Ao comprar cigarro e álcool você está alimentando o patrão, que se aproveita de sua debilidade".

Também é adepto do vegetarianismo, afirmando ter sido influenciado pelos escritos do dr. Isaac Puente Amestoy (CNT– FAI), na revista Estudios.

Assim como outros de sua geração, Diego segue um velho lema anarquista: "Enquanto vivermos sob o capitalismo, devemos consumir o mínimo necessário".

Hoje, aos 96 anos de idade, Diego Giménez vive em São Bernardo do Campo (São Paulo-Brasil), e com o mesmo vigor que combateu os fascistas na revolução espanhola, combate agora um novo inimigo: o mal de Parkinson[NR].

Livros que falam sobre a trajetória anarquista de Diego Giménez Moreno:

- *Mauthausen – Campo de Concentração e de Extermínio*, de Giménez Moreno, Ediciones HispanoAmericanas, São Paulo – Brasil, 1975;
- *Três Depoimentos Libertários*, Entrevistas com Diego Giménez Moreno, Jaime Cubero e Edgar Rodrigues, Editora Achiamé, Rio de Janeiro – Brasil, 2002;
- *Anarquistas: Ética e Antologia de Existências*, de Nildo Avelino, Editora Achiamé, Rio de Janeiro – Brasil, 2004.

NR. À época da redação desse artigo, Diego Giménez encontrava-se com 96 anos. Morreu em 02/06/2010, aos 99 anos, em São Bernardo dos Campos, São Paulo. (Nota da Redação)

NOTAS

Espaços Libertários em São Paulo

Houve dois revezes nos espaços libertários na cidade de São Paulo em abril de 2011.

Em 02/04, encerrou as atividades, após 3 anos, o **Espaço Ay Carmela**, espaço autônomo que funcionava na Rua das Carmelitas, 140, Sé, que congregava vários grupos de atuação social, inclusive anarquistas.

Em 24/04, fechou as portas o **Espaço Impróprio**. O Impróprio funcionava desde 2003, na Rua Dona Antônia de Queiroz, 40, Consolação, reconhecido como fomentador da cultura alternativa e local de propagação das idéias libertárias.

Por outro lado, houve o início das atividades, final de 2010, da **Biblioteca Terra Livre** no bairro de Perdizes, Rua Engenheiro Francisco Azevedo, 841 sala 07. O Coletivo Ativismo ABC se mantém na R. Alcides de Queirós, 161, no bairro Casa Branca, Santo André.

O **CCS** segue na Rua General Jardim, 253, sala 22, Vila Buarque.

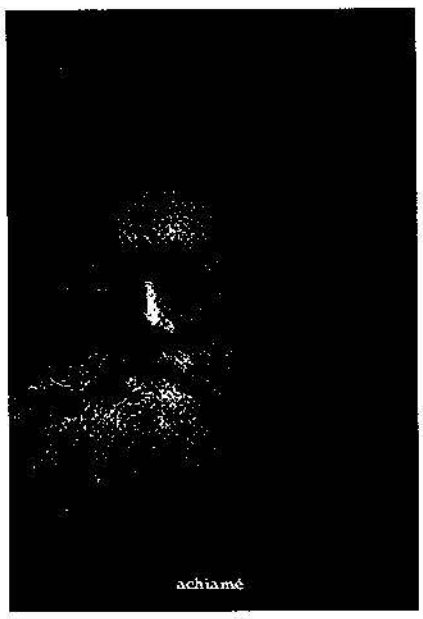
PROGRAMAÇÃO

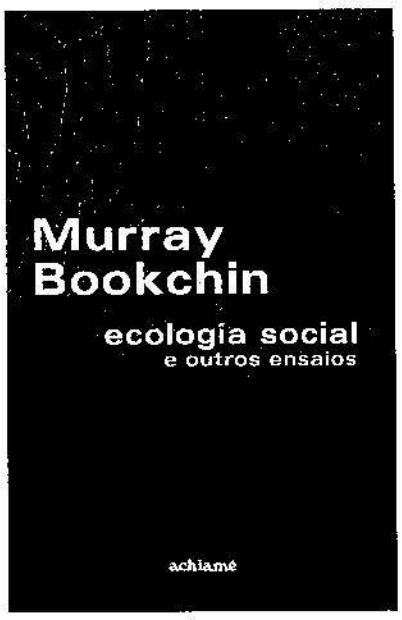
A programação do segundo semestre do Centro de Cultura Social estará disponível em breve no endereço eletrônico

http://www.ccssp.org/ccs/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=5&Itemid=53

Acompanhem

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS





Manifesto Anarquista Contra a Guerra (1915)

Tradução Edson Lopes

No início de 1915 um grupo de anarquistas, incluindo Malatesta, Alexander Berkman e Emma Goldman, publicou um manifesto contra a guerra, do qual foram extraídos os seguintes excertos. Este manifesto foi amplamente traduzido e republicado em jornais anarquistas internacionais, como Mother Earth, e o inglês Freedom (em março de 1915 e reimpresso na edição do centenário do Freedom em londres pela Freedom Press em 1986).

O conflito armado, restrito ou difuso, colonial ou europeu, é a consequência natural, inevitável e fatal de uma sociedade fundada na exploração dos trabalhadores, na selvagem luta de classes e compelida a trabalhar para submeter-se à dominação de uma minoria de parasitas que mantem o poder político e econômico.

A guerra era inevitável. Onde quer que fosse originada, viria à tona. Não é em vão que por meio século tenha sido febril a preparação do mais formidável armamento e contínuo o aumento das receitas de morte. Não é pelo constante aperfeiçoamento das armas de guerra, e pela concentração do intelecto e da vontade de todos na melhor organização da máquina militar que as pessoas trabalham para paz.

Portanto, é insensato e ingênuo, depois de ter multiplicado as causas e ocasiões de conflito, empenhar-se em estabelecer a responsabilidade a este ou aquele governo. Cada um faz o seu melhor para produzir o mais indisputável e o mais decisivo documento a fim de estabelecer sua boa fé e para apresenta-lo como o imaculado defensor dos direitos, da liberdade e o defensor da civilização.

Civilização? Quem a representa agora? É o Estado alemão, com seu formidável e poderoso militarismo que tem sufocado toda disposição para revolta? É o Estado russo, para quem o Knout, o Gibbet e a Sibéria são o exclusivo expediente para a persuasão? É o Estado francês com seu Biribi, suas conquistas sangrentas em Tonkin, Madagascar, Marrocos e seus alistamento compulsório nas tropas negras? A França que detem em suas prisões, por anos, camaradas culpados somente por terem escrito e se pronunciado contra a guerra? E o Estado inglês, que explora, partilha e oprime as populações do imenso império colonial?

Não; nenhum dos beligerantes é intitulado para invocar o nome da civilização, ou para declarar-se em um estado de legítima defesa.

A verdade é que a causa das guerras, que atualmente mancha com sangue as planícies da Europa, como todas as guerras precedentes, repousa exclusivamente na existência do Estado, com sua forma política de privilégios.

O Estado tem ampliado sua força militar, tem se desenvolvido por intermédio do uso de sua força militar, e ainda é na força militar que coerentemente mantém-se sua onipresença. Qualquer que seja a forma que isso assuma, o Estado nada mais é que a opressão organizada para vantagem de uma minoria privilegiada. O conflito atual ilustra isto da maneira mais impressionante. Todas as formas de Estado estão engajadas na guerra atual: o absolutismo com a Rússia, o absolutismo suavizado com instituições parlamentares com a Alemanha, as disposições regulamentares do Estado com a Áustria, um regime democrático constitucional com Inglaterra e uma república democrática com a França.

O infortúnio das pessoas, que estavam profundamente vinculadas à paz, e aquele, em que afim de evitar a guerra, assentam sua confiança no Estado com sua intrigante diplomacia, na democracia, e em partidos políticos (não excluindo aqueles de oposição, como o socialismo parlamentar). Esta confiança tem sido deliberadamente traída e continua sendo então, quando governos, com o auxílio do conjunto de sua imprensa, persuade sua respectiva população que esta guerra é uma guerra de libertação.

Nós somos resolutamente contra todas as guerras entre povos, e em países neutros, como a Itália, onde os governos buscam mover pessoas viçosas para dentro da causticante fornalha da guerra, nossos camaradas têm sido, são e serão energicamente contra a guerra.

A regra do anarquista na atual tragédia, qualquer que seja o lugar ou a situação na qual se encontrem, é continuar proclamando que não há uma guerra de libertação, aquela a qual em todos os países é promovida pelo o oprimido contra os opressores, pelos explorados contra exploradores. Nossa parte é convocar os escravos a revolta contra seus mestres.

A ação e propaganda anarquistas devem assiduamente e perseverantemente apontar para o enfraquecimento e dissolução dos vários Estados, cultivar o espírito da revolta e atiçar os descontentes entre o povo e as tropas.

Para todos os soldados de todos os países que acreditam lutarem por justiça e liberdade, nós temos que declarar que o seu heroísmo e sua valorosa vontade servem para perpetuar o ódio, a tirania e a miséria.

Para os trabalhadores nas fábricas e minas é necessário evocar que os rifles que eles agora tem em suas mãos têm sido usados contra eles nos dias de greve e de revolta e que mais tarde eles serão novamente usados contra eles para os compelirem à submissão e para aturar a exploração capitalista.

Para os trabalhadores nas fábricas e nos campos é necessário mostrar que depois da guerra eles serão obrigados mais uma vez a inclinar-se sob o jugo e continuar a cultivar as terras de seus senhores e nutrir o ócio.

Para todos os proscritos, que eles não devem apartar-se com suas armas até que tenham acertado as contas com seus opressores, até que tenham tomado terras, fábricas e oficinas para si.

Para as mães, esposas, filhas, as vítimas do aumento da miséria e privação, permita-nos mostrar quem são esses realmente responsáveis por seus sofrimentos e pelo massacre de seus pais, filhos e maridos.

Nós devemos tomar proveito de todos os movimentos de revolta, de todos os descontentes a fim de fomentar a insurreição, e organizar a revolução pela qual nós procuramos colocar um final para todos os males sociais.

Sem desânimo, mesmo ante uma calamidade como a presente guerra. E nesses períodos assim inquietos, nos quais muitas centenas de homens heroicamente dão suas vidas por uma idéia, que nós devemos mostrar a esses homens a generosidade, a força e a beleza do ideal anarquista: que a justiça social realiza-se através da livre organização de produtores, que a guerra e o militarismo conectam-se incessantemente e que a completa liberdade vence pela abolição do Estado e seus órgãos de destruição. ■

Anarquia e Organização (1927)
Errico Malatesta

Um opúsculo francês intitulado: "Plataforma de organização da União geral dos Anarquistas (Projeto)" caiu-me nas mãos por acaso. (Sabe-se que hoje os escritos não fascistas não circulam na Itália.)

É um projeto de organização anárquico, publicado sob o nome de um "Grupo de anarquistas russos no estrangeiro" e que parece mais especialmente dirigido aos camaradas russos. Mas trata de questões que interessam a todos os anarquistas e, além do mais, é evidente que procura a adesão dos camaradas de todos os países, inclusive pelo fato de ser escrito em francês. De qualquer forma, é útil examinar, pelos russos assim como por todos, se o projeto em questão está em harmonia com os princípios anarquistas e se sua realização serviria realmente à causa do anarquismo. Os objetivos dos promotores são excelentes. Eles lamentam que os anarquistas não tenham tido e não tenham, sobre os eventos da política social, influência proporcional ao valor teórico e prático de sua doutrina, assim como a seu número, à sua coragem, a seu espírito de sacrifício, e pensam que a primeira razão deste insucesso relativo é a falta de uma organização vasta, séria, efetiva.

Até aqui, em princípio, estou de acordo.

A organização outra coisa não é senão a prática da cooperação e da solidariedade, é a condição natural, necessária, da vida social, é um fato inelutável que se impõe a todos, tanto na sociedade humana em geral quanto em todo grupo de pessoas que tenha um objetivo comum a alcançar.

O homem não quer e não pode viver isolado, não pode sequer tornar-se verdadeiramente homem e satisfazer suas necessidades materiais e morais senão em sociedade e com a cooperação de seus semelhantes. É, portanto, fatal que todos aqueles que não se organizam livremente, seja por não poderem, seja por não sentirem a imperativa necessidade, tenham de suportar a organização estabelecida por outros indivíduos ordinariamente constituídos em classes ou grupos dirigentes, com o objetivo de explorar em sua própria vantagem o trabalho alheio.

A opressão milenar das massas por um pequeno número de privilegiados sempre foi a conseqüência da incapacidade da maioria dos indivíduos em se entender, em se organizar sobre a base da comunidade de interesses e de sentimentos com outros trabalhadores para produzir, para usufruir e para, eventualmente, defender-se dos exploradores e opressores. O anarquismo vem remediar este estado de coisas com seu princípio fundamental de livre organização, criada e mantida pela livre vontade dos associados sem nenhuma espécie de autoridade, isto é, sem que nenhum indivíduo tenha o direito de impor aos outros sua própria vontade. É natural, portanto, que os anarquistas procurem aplicar à sua vida privada e à vida de seu partido este mesmo princípio sobre o qual, segundo eles, deveria estar fundamentada toda a sociedade humana.

Certas polêmicas deixariam supor que há anarquistas refratários a toda organização; mas, na realidade, as numerosas, muito numerosas discussões que mantemos sobre esse assunto, mesmo quando são obscurecidas por questões de semântica ou envenenadas por questões pessoais, só concernem, no fundo, ao modo e não ao princípio de organização. Assim é que camaradas, os mais opostos, em palavras, à organização, organizam-se como os outros e amiúde melhor do que os outros, quando querem fazer algo com seriedade. A questão, eu repito, está toda na aplicação.

Eu deveria ver com simpatia a iniciativa destes camaradas russos, convicto como estou de que uma organização mais geral, melhor formada, mais constante do que aquelas que foram até aqui realizadas pelos anarquistas, mesmo que não conseguisse eliminar todos os erros, todas as insuficiências, talvez inevitáveis num movimento que, como o nosso, antecipa-se ao tempo e que, por isso, debate-se contra a incompreensão, a indiferença e freqüentemente a hostilidade da grande maioria, seria pelo menos, com toda certeza, um importante elemento de força e de sucesso, um poderoso meio de fazer valer nossas idéias.

Creio ser necessário e urgente que os anarquistas se organizem, para influir sobre a marcha que as massas impõem em sua luta pelas melhorias e pela emancipação. Hoje, a maior força de transformação social é o movimento operário (movimento sindical) e de sua direção depende, em grande parte, o curso que tomarão os eventos e o objetivo a que chegará a próxima revolução. Por suas organizações, fundadas para a defesa de seus interesses, os trabalhadores adquirem a consciência da opressão sob a qual se curvam e do antagonismo que os separa de seus patrões, começam a aspirar a uma vida superior, habituam-se à vida coletiva e à solidariedade, e podem conseguir conquistar todas as melhorias compatíveis com o regime capitalista e estatista. Em seguida, é a revolução ou a reação.

Os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele uma das alavancas de sua ação, esforçando-se em fazer prosseguir a cooperação do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução social que comporte a supressão das classes, a liberdade total, a igualdade, a paz e a solidariedade entre todos os seres humanos. Mas seria uma ilusão funesta acreditar, como muitos o fazem, que o movimento operário resultará por si mesmo, em virtude de sua própria natureza, em tal revolução. Bem ao contrário: em todos os movimentos fundados sobre interesses materiais e imediatos (e não pode estabelecer-se sobre outros fundamentos um vasto movimento operário), é preciso o fermento, o empurrão, a obra combinada dos homens de idéias que combatem e se sacrificam com vistas a um futuro ideal. Sem esta alavanca, todo movimento tende fatalmente a se adaptar às circunstâncias, engendra o espírito conservador, o temor pelas mudanças naqueles que conseguem obter melhores condições. Freqüentemente, novas classes privilegiadas são criadas, esforçando-se por fazer tolerado, por consolidar o estado de coisas que desejaria abater.

Daí a urgente necessidade de organização propriamente anarquista que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutam pela realização integral do anarquismo e procuram esterilizar todos os germes da corrupção e da reação.

Todavia, é evidente que para alcançar seu objetivo as organizações anarquistas devem, em sua constituição e em seu funcionamento, estar em harmonia com os princípios da anarquia. É preciso, portanto, que não estejam em nada impregnadas de espírito autoritário, que saibam conciliar a livre ação dos indivíduos com a necessidade e o prazer da cooperação, que sirvam para desenvolver a consciência e a capacidade de iniciativa de seus membros e sejam um processo educativo no meio em que operam e uma preparação moral e material ao futuro desejado.

O projeto em questão responde a estas exigências? Creio que não. Acho que, ao invés de fazer nascer entre os anarquistas um desejo maior de se organizar, ele parece feito para confirmar o preconceito de muitos camaradas que pensam que se organizar é submeter-se a chefes, aderir a um organismo autoritário, centralizador, sufocando toda livre iniciativa. Com efeito, nesses estatutos, são precisamente expressas as proposições que alguns, contra a evidência e apesar de nossos protestos, obstinam-se em atribuir a todos os anarquistas qualificados de organizadores.

* * *

Examinemos:

Inicialmente, parece-me que é uma idéia falsa (e em todo o caso irrealizável) reunir todos os anarquistas numa "União Geral", isto é, assim como o precisa o Projeto, em uma única coletividade revolucionária ativa.

Nós, anarquistas, podemos nos dizer todos do mesmo partido se, pela palavra partido, compreende-se o conjunto de todos aqueles que estão de um mesmo lado, que possuem as mesmas aspirações gerais que, de uma ou de outra maneira, lutam com o mesmo objetivo contra adversários e inimigos comuns. Mas isto não quer dizer que seja possível – e talvez não seja desejável – reunirmo-nos todos em uma mesma associação determinada.

Os meios e as condições de luta diferem muito, os modos possíveis de ação que dividem a preferência de uns e dos outros são muito numerosos, e muito numerosas também as diferenças de temperamento e as incompatibilidades pessoas para que uma União Geral, realizada de modo sério, não se torne um obstáculo às atividades individuais, talvez mesmo uma causa das mais árduas lutas intestinas, ao invés de um meio para coordenar e totalizar os esforços de todos.

Como, por exemplo, poder-se-ia organizar, da mesma maneira e com o mesmo pessoal, uma associação pública para a propaganda e para a agitação no seio das massas e uma sociedade secreta, obrigada pelas condições políticas, onde opera, a esconder do inimigo seus objetivos, seus meios, seus agentes? Como a mesma tática poderia ser adotada pelos educacionistas persuadidos de que basta a propaganda e o exemplo de alguns para transformar gradualmente os indivíduos e, portanto, a sociedade, e os revolucionários convictos da necessidade de destruir pela violência um estado de coisas que só se sustenta pela violência, e criar, contra a violência dos opressores, as condições necessárias ao livre exercício da propaganda e à aplicação prática das conquistas particulares, não se amam e não se estimam, e, entretanto, podem ser igualmente bons e úteis militantes do anarquismo?

Por outro lado, o autores do Projeto declaram inepta a idéia de criar uma organização que reúna os representantes das diversas tendências do anarquismo. Uma tal organização, dizem, "incorporando elementos teóricos e praticamente heterogêneos, outra coisa não seria senão um aglomerado

mecânico de indivíduos que têm concepção diferente de todas as questões concernentes ao movimento anarquista; ela se desagregaria, com certeza, logo após ser colocada à prova dos fatos e da vida real".

Muito bem. Mas então, se eles reconhecem a existência dos anarquistas e das outras tendências, deverão deixar-lhes o direito de se organizar, por sua vez, e trabalhar pela anarquia de modo que acreditarem ser o melhor. Ou eles têm a intenção de expulsar do anarquismo, excomungar todos aqueles que não aceitam seu programa? Eles dizem desejar reagrupar numa única organização todos os elementos sãos do movimento libertário, e, naturalmente, terão tendência a julgar sãos somente aqueles que pensam como eles. Mas o que farão com os elementos doentes?

Certamente há, entre aqueles que se dizem anarquistas, como em toda coletividade humana, elementos de diferentes valores e, pior ainda, há quem faça circular em nome do anarquismo idéias que só tem com ele duvidosas afinidades. Mas como evitar isso? A verdade anarquista não pode e não deve tornar-se monopólio de um indivíduo ou de um comitê. Ela não pode depender das decisões de maiorias reais ou fictícias. É necessário somente – e isso seria suficiente – que todos tenham e exerçam o mais amplo direito de livre crítica, e cada um possa sustentar suas próprias idéias e escolher seus próprios companheiros. Os fatos julgarão, em última instância, e darão razão a quem a tem.

* * *

Abandonemos, portanto, a idéia de reunir todos os anarquistas em uma única organização; consideremos esta "União Geral" que nos propõem os russos com o que ela seria na realidade: a união de certo número de anarquistas, e vejamos se o modo de organização proposto está conforme aos princípios e métodos anarquistas, e se ele pode ajudar no triunfo do anarquismo. Mais uma vez, parece-me que não. Não ponho em dúvida o anarquismo sincero desses camaradas russos; eles querem realizar o comunismo anarquista e procuram a maneira de chegar a ele o mais rápido possível. Mas não basta desejar uma coisa, é preciso ainda empregar os meios oportunos para obtê-la, assim como para ir a um lugar é preciso tomar o caminho que a ele conduz, sob pena de chegar a outro lado. Ora, sendo a organização proposta inteiramente do tipo autoritário, não somente não facilitaria o triunfo do comunismo anarquista, mas ainda falsificaria o espírito anarquista e teria resultados contrários àqueles que seus organizadores esperam.

Com efeito, esta "União Geral" consistiria em tantas organizações parciais que haveria secretariados para dirigir ideologicamente a obra política e técnica, e haveria um Comitê Executivo da União encarregado de executar as decisões tomadas pela União, "dirigir a ideologia e a organização dos grupos em conformidade com a ideologia e com a linha de tática geral da União".

Isso é anarquismo? É, na minha opinião, um governo e uma igreja. Faltam-lhe, é verdade, a polícia e as baionetas, assim como faltam os fiéis dispostos a aceitar a ideologia ditada de cima, mas isso significa apenas que esse governo seria um governo impotente e impossível, e que esta igreja seria fonte de cismas e heresias. O espírito, a tendência, permanecem autoritários, e o efeito educativo sempre seria antianarquista.

Escutai o que se segue: "O órgão executivo do movimento libertário geral – a União anarquista – adota o princípio da responsabilidade coletiva; toda a União será responsável pela atividade revolucionária e política de cada um de seus membros, e cada membro será responsável pela atividade revolucionária e política da União".

Depois dessa negação absoluta de qualquer independência individual, de toda liberdade de iniciativa e de ação, os promotores, lembrando-se serem anarquistas, dizem-se federalistas, e gritam contra a centralização cujos resultados inevitáveis são, segundo dizem, a subjugação e a mecanização da vida social e da vida dos partidos.

Mas se a União é responsável do que faz cada um de seus membros, como deixar a cada membro em particular e aos diferentes grupos a liberdade de aplicar o programa comum do modo que eles julguem melhor? Como se pode ser responsável por um ato se não se possui a faculdade de impedi-lo? Conseqüentemente, a União, e por ela o Comitê Executivo, deveria vigiar a ação de todos os membros em particular, e prescrever-lhes o que devem ou não fazer, e como a condenação do fato consumado não atenua a responsabilidade formalmente aceita de antemão, ninguém poderia fazer o que quer que fosse antes de ter obtido a aprovação, a permissão do Comitê. E, por outro lado, pode um indivíduo aceitar a responsabilidade dos atos de uma coletividade antes de saber o que fará ela? Como pode impedi-la de fazer o que ele desaprova?

Além disso, os autores do Projeto dizem que a União quer e dispõe. Mas quando se diz vontade da União, entende-se vontade de todos os seus membros? Neste caso, para que a União possa agir seria preciso que todos os seus membros, em todas as questões, tenham sempre exatamente a mesma opinião. Ora, é natural que todos estejam de acordo quanto aos princípios gerais e fundamentais, sem o que não estariam unidos, mas não se pode supor que seres pensantes sejam todos e sempre da mesma opinião sobre o que convém fazer em todas as circunstâncias, e sobre a escolha das pessoas a quem confiar a tarefa de executar e dirigir.

Na realidade, assim como resulta do próprio texto do Projeto – por vontade da União só se pode entender a vontade da maioria, vontade expressada por Congressos que nomeiam e controlam o Comitê Executivo e decidem sobre todas as questões importantes. Os Congressos, naturalmente, seriam compostos por representantes eleitos por maioria em cada grupo aderente, e esses representantes decidiriam o que deveria ser feito, sempre pela maioria dos votos. Desta forma, na melhor hipótese, as decisões seriam tomadas por uma maioria da maioria, que poderia muito bem, particularmente quando as opiniões em oposição fossem mais de duas, não representar mais do que uma minoria.

Deve-se, com efeito, observar que, nas condições em que vivem e lutam os anarquistas, seus Congressos são ainda menos representativos do que os Parlamentos burgueses, e seu controle sobre os órgãos executivos, se estes possuem um poder autoritário, raramente se manifesta a tempo e de maneira eficaz. Aos Congressos anarquistas, na prática, vai quem quer e pode, quem tem ou consegue o dinheiro necessário e não é impedido por medidas policiais. Há, nesses Congressos, tantos daqueles que só representam eles mesmos, ou a pequeno número de amigos, quantos daqueles que representam, de fato, as opiniões e os desejos de uma coletividade numerosa. Salvo as precauções a serem tomadas contra os traidores e espiões, e também por causa dessas mesmas precauções necessárias, é impossível uma séria verificação dos mandatos e de seu valor.

De qualquer modo, estamos em pleno sistema majoritário, em pleno parlamentarismo.

Sabe-se que os anarquistas não admitem o governo da maioria (democracia), assim como também não admitem o governo de um pequeno número (aristocracia, oligarquia, ditadura de classe ou de partido), nem o de um único (autocracia, monarquia ou ditadura pessoal).

Os anarquistas fizeram mil vezes a crítica do governo dito de maioria, o que, na aplicação prática sempre conduz ao domínio de uma pequena minoria. Será preciso que eles a refaçam para o uso de nossos camaradas russos?

É verdade, os anarquistas reconhecem que, na vida em comum, é com freqüência necessário que a minoria se conforme com a opinião da maioria. Quando há necessidade ou utilidade evidente de fazer uma coisa e, para fazê-la, é necessário o concurso de todos, a minoria deve sentir a necessidade de se adaptar à vontade da maioria. Por sinal, em geral, para viver juntos, em paz e sob um regime de igualdade, é necessário que todos estejam animados de espírito de concórdia, de tolerância, de flexibilidade. Todavia, esta adaptação, de parte dos associados à outra parte, deve ser recíproca, voluntária, derivar da consciência da necessidade e da vontade de cada um em não paralisar a vida social, por sua obstinação. Ela não deve ser imposta como princípio e como regra estatutária. É um ideal que, talvez, na prática da vida social geral, será difícil realizar de modo absoluto, mas é certo que todo agrupamento humano é tanto mais vizinho da anarquia quando a concordância entre a minoria e a maioria é mais livre, mais espontânea, imposta somente pela natureza das coisas.

Assim, se os anarquistas negam, à maioria, o direito de governar a sociedade humana geral, onde o indivíduo é, todavia, obrigado a aceitar certas restrições, visto que não pode isolar-se sem renunciar às condições da vida humana, se querem que tudo se faça pelo livre acordo entre todos, como é possível que adotem o governo da maioria em suas associações essencialmente livres e voluntárias e que comecem por declarar que se submetem às decisões da maioria, antes mesmo de saber quais elas serão?

Que a anarquia, a livre organização sem domínio da maioria sobre a minoria, e vice-versa, seja qualificada, por aqueles que não são anarquistas, de utopia irrealizável, ou somente realizável em um futuro longínquo, isto se compreende; mas é inconcebível que aqueles que professam idéias anarquistas e desejariam realizar a anarquia, ou, pelo menos, aproximar-se dela, seriamente, hoje, ao invés de amanhã, reneguem os princípios fundamentais do anarquismo na própria organização pela qual eles se propõem combater pelo seu triunfo.

* * *

Uma organização anarquista deve, na minha opinião, ser estabelecida sobre bases diferentes daquelas que nos propõem esses camaradas russos. Plena autonomia, plena independência e, conseqüentemente, plena responsabilidade dos indivíduos e dos grupos; livre acordo entre aqueles que crêem ser útil unir-se para cooperar em um trabalho comum, dever moral de manter os engajamentos assumidos e de nada fazer que esteja em contradição com o programa aceito. Sobre essas bases, adaptam-se as formas práticas, os instrumentos aptos a dar vida real à organização: grupos, federações de grupos, federações de federações, reuniões, congressos, comitês encarregados da correspondência ou de outras funções. Mas tudo isso deve ser feito livre-

mente, de maneira a não entravar o pensamento e a iniciativa dos indivíduos, e somente para dar mais alcance a resultados que seriam impossíveis ou mais ou menos ineficazes se estivessem isolados.

Dessa maneira, os Congressos, em uma organização anarquista, ainda que sofrendo, enquanto corpos representativos, de todas as imperfeições que assinalei, estão isentos de todo autoritarismo porque não fazem a lei, não impõem aos outros suas próprias deliberações. Servem para manter e ampliar as relações pessoais entre os camaradas mais ativos, para resumir e provocar o estudo de programas sobre formas e meios de ação, mostrar a todos a situação das diversas regiões e a ação mais urgente em cada uma delas, para formular as diversas opiniões existentes entre os anarquistas e delas fazer um tipo de estatística. Suas decisões não são regras obrigatórias, mas sugestões, conselhos, proposições a submeter a todos os interessados; elas só se tornam obrigatórias e executivas para aqueles que as aceitam, e só até o ponto em que as aceitam. Os órgãos administrativos que eles nomeiam – Comissão de correspondência etc. – não têm nenhum poder de direção, só tomam iniciativas, não possuem nenhuma autoridade para impor seus próprios pontos de vista, que podem seguramente sustentar e propagar enquanto grupos de camaradas, mas que não podem apresentar como opinião oficial da organização. Publicam as resoluções dos ou se servirem de outros comitês nomeados por agrupamentos especiais. Numa organização anarquista, cada membro pode professar todas as opiniões e empregar todas as táticas que não estejam em contradição com os princípios aceitos e não prejudiquem a atividade dos outros. Em todos os casos, determinada organização dura enquanto as razões de união forem mais fortes do que as razões de dissolução, e dê lugar a outros agrupamentos mais homogêneos. É certo que a duração, a permanência de uma organização é condição de sucesso na longa luta que devemos sustentar e, por outro lado, é natural que toda instituição aspire, por instinto, a durar indefinidamente. Todavia, a duração de uma organização libertária deve ser a conseqüência da afinidade espiritual de seus membros e das possibilidades de adaptação de sua constituição às mudanças das circunstâncias; quando já não é mais capaz de missão útil, é melhor que desapareça.

Esses camaradas russos acharão, talvez, que uma organização, tal como concebo, e tal como já foi realizada, mais ou menos bem, em diferentes épocas, é de pouca eficácia. Eu compreendo. Esses camaradas estão obcecados pelo sucesso dos bolchevistas em seu país; eles desejariam, a exemplo destes, reunir os anarquistas em um tipo de exército disciplinado que, sob a direção ideológica e prática de alguns chefes, marchasse, compacto, ao assalto dos regimes atuais e que, obtida a vitória material, dirigisse a constituição da nova sociedade. E talvez seja verdade que, com este sistema, admitindo que anarquistas prestem-se a isso, e que os chefes sejam homens de gênio, nossa força material se tornaria maior. Mas para que resultados? Não aconteceria com o anarquismo o que aconteceu, na Rússia, com o socialismo e com o comunismo? Esses camaradas estão impacientes com o sucesso, nós também, mas não se deve, para viver e vencer, renunciar às razões da vida e desnaturar o caráter da eventual vitória. Queremos combater e vencer, mas como anarquistas e pela anarquia.

Texto publicado em *Escritos Revolucionários*, editora Novos Tempos, 1989, com tradução do francês por Plínio Augusto Coêlho.

A Família Dall'Oca e o Anarquismo em São Paulo

Por Marcolino Jeremias

É muito comum dentro da historiografia do anarquismo, principalmente quando produzida por acadêmicos, o registro biográfico de militantes libertários que foram prolíferos escritores, diretores de jornais, conferencistas, autores de livros ou exímios oradores.

Por essa razão, os anarquistas que melhor desenvolveram a habilidade de falar e/ou escrever, com o passar dos anos acabaram sendo mais notados, pesquisados, e por conseqüência lógica desses estudos, tornaram-se mais conhecidos por todas as pessoas que se interessam pelo tema.

Considerando que o movimento anarquista historicamente foi formado em sua maioria por trabalhadores braçais, que em geral não puderam completar seus estudos e que em alguns casos, sequer freqüentaram a escola, sendo, portanto, forçados a formarem-se ideologicamente de forma autodidata, e que grande parte desses anarquistas vão optar exclusivamente por serem militantes de base e deixarem funções mais rebuscadas como escrever e/ou falar em público para aqueles que melhor estavam preparados.

Constatamos com facilidade que ignorar os militantes braçais do anarquismo é cometer um grande erro histórico, ao reconhecer apenas um aspecto limitado da trajetória de um movimento social formado majoritariamente por militantes de base, que em muitos momentos decisivos, vão desempenhar uma função de maior importância do que os escritores, oradores ou intelectuais do anarquismo.

Esse texto visa, justamente, resgatar um pouco dessa história renegada, tomando como exemplo a produtiva vida da família Dall'Oca que se desenvolveu em meio ao movimento anarquista na cidade de São Paulo.

Sua trajetória têm início com o nascimento de Virgilio Dall'Oca, em 26 de junho de 1917, na cidade de Ribeirão Preto, filho de Hercole Dall'Oca (italiano de Milão) e Maria Lombo (brasileira de Ribeirão Preto), um casal camponês que teve 8 filhos.

Pouco tempo depois do nascimento de Virgilio, a família mudou-se para a cidade de Araçatuba. Virgilio perdeu sua mãe com 5 anos de idade, estudou até o terceiro ano na escola rural, e foi bem cedo dedicar-se ao trabalho no campo.

O pai de Virgilio era admirador do fascismo de Mussolini e muito severo na criação de seus filhos. Tamanha era a rigidez de Hercole Dall'Oca no trato com seus filhos, que a madrasta de Virgilio, a jovem baiana Olimpia Dall'Oca, tentava impedir (algumas vezes em vão) os constantes castigos corporais. "Uma das poucas qualidades de meu pai, era o fato dele ser ateu", nos diria anos depois, o próprio Virgilio Dall'Oca.

É nesse período difícil que ele vai conhecer a mulher que tornou-se sua companheira por toda a vida, Nair Lazarine Dall'Oca, nascida em 23 de abril de 1923, em Araçatuba, filha de Carmino Lazarine e Rosa Furlan (ambos brasileiros de Ribeirão Preto), um modesto casal que teve 7 filhos. O pai de Nair, além de marceneiro, também lecionou na escola rural, onde ela estudou durante três anos.

Entretanto, no ano de 1932, por causa dos maus tratos, Virgilio Dall'Oca, então com 15 anos de idade, rebela-se contra o seu pai e foge para morar na casa de sua tia, na cidade de Marília.

Logo em seguida, começa a trabalhar na estrada de ferro Santos-Jundiaí e muda-se para a casa de seus tios Aída e Nicola D'Albenzio, já na cidade de São Paulo.

Nicola D'Albenzio, então ativo militante anarquista da Federação Operária de São Paulo (FOSP), aos poucos desperta o interesse do jovem Virgilio Dall'Oca pelas idéias libertárias.

A primeira vez que Virgilio Dall'Oca teve contato com outros anarquistas, foi quando ele foi levado pelo seu tio, para conhecer a redação do jornal *A Plebe*, e lá chegando encontrou o célebre militante Gusmão Soler, com quem pode reforçar suas convicções ácratas. Desde então, Virgilio começou a colaborar com o jornal, inclusive, organizando as páginas de A Plebe, quando ela chegava da gráfica.

Nesse mesmo ano de 1936, Virgilio Dall'Oca conheceu o Centro de Cultura Social de São Paulo, com sede na avenida Rangel Pestana, nº 251 (antiga Ladeira do Carmo, nº 9), que na época contava com muitos freqüentadores, entre eles: Edgard Leuenroth, Germinal Leuenroth, Pedro Catallo, Rodolpho Fellipe, João Rojo, Benedito Romano, Nicola D'Albenzio, Fernando Navarro, Antonio Gomes Gonzales, José Passaro, Paulo Partido, Nair Partido, Justino Salguero, Julieta Salguero, Lucca Gabriel, Lourdes Martin Gabriel, Amor Salguero, Antonio Passos,

Antonio Raya Piedrabuena, Cecílio Dias Lopes, Maria Valverde Dias, Nena Valverde, José Valverde Dias, José Pazarini, Luis Chandre, Joaquim Antonio, Alfredo Chaves, Sebastião Gomes, Salvador Arrebola, Eduardo Peralta, Alexandre Pinto, Roque Branco, Manoel Turbilhano, Antonio Martinez, José Oliva Castillo, Cleopatra Boreli e seu companheiro, Martins e Mariasinha [1] (que chegou a ser Tesoureira do Centro de Cultura Social), além dos muitos espanhóis que viriam para São Paulo, após a implantação da ditadura de Franco na Espanha.

Após 4 anos morando com seus tios, Virgilio voltou para Araçatuba para casar-se com Nair, e ambos mudaram-se para São Paulo, para viverem juntamente com Aída e Nicola D'Albenzio. Virgilio chegou a trabalhar como servente de pedreiro, cobrador de ônibus, motorista de caminhão e, por fim, taxista. Nair trabalhou como costureira, por conta própria. A difícil condição econômica do casal, não os impediu de contribuir financeiramente em inúmeras campanhas de solidariedade, como por exemplo, no apoio aos refugiados anarquistas durante o final da guerra civil espanhola (1939), organizado pelos anarquistas brasileiros respondendo ao apelo do jornal Tierra y Libertad.

Após a implantação do estado novo em novembro de 1937, o Centro de Cultura Social foi obrigado a fechar sua sede. Os anarquistas que desde o início da ditadura de Getúlio Vargas, vinham disputando o espaço nos sindicatos com os reformistas, perdem seu principal refúgio.

É neste contexto social, que um grupo de anarquistas, em sua maioria vegetarianos e naturistas, vai desenvolver um projeto de construção de uma chácara na cidade de Itaim, no interior do estado de São Paulo, que marcará um período completamente novo na trajetória do anarquismo brasileiro.

O grupo de voluntários anarquistas que comprou o terreno e que principiou o trabalho da construção da Nossa Chácara era composto inicialmente por: Germinal Leuenroth, Nicola D'Albenzio, Virgilio Dall'Oca, Justino Salguero, Salvador Arrebola, Antônio Castro, João Rojo, Benedito Romano, José Oliva Castillo, Roque Branco, Antônio Valverde, Cecílio Dias Lopes e Lucca Gabriel. Sempre acompanhado de seus familiares.

"Quem derrubou a casa velha, trabalhou a terra, construiu e pagou a Nossa Chácara, foi esse grupo inicial. Posteriormente, outros membros do Centro de Cultura Social e um grupo novo de anarquistas que estava surgindo na Vila Bertioga, em São Paulo, também juntaram-se à iniciativa", nos conta o próprio Virgilio Dall'Oca, acompanhado de sua esposa Nair, provavelmente as únicas pessoas vivas que pertenceram ao grupo pioneiro de Nossa Chácara. [NR]

A Sociedade Naturista Amigos da Nossa Chácara, foi registrada em 9 de novembro de 1939, e mesmo após a reabertura do Centro de Cultura Social em 9 de julho de 1945, a Nossa Chácara continuou sendo palco (além de inúmeras confraternizações) de congressos libertários nacionais e reuniões clandestinas, que foram essenciais e possibilitaram a reorganização do movimento anarquista brasileiro, que havia passado pelo difícil período repressivo da ditadura Vargas.

Virgilio Dall'Oca e o grupo pioneiro da Nossa Chácara, além das doações financeiras, prestaram inúmeras contribuições em trabalho pesado e sofrido, que tornaram-se de valor incalculável devido aos benefícios coletivos que proporcionaram. Com a mesma importância, Aída D'Albenzio e Nair Dall'Oca, muitas vezes, foram as principais responsáveis pela alimentação de todos que freqüentavam a Nossa Chácara.

Virgilio também chegou a trabalhar como taxista no Rio de Janeiro durante 4 meses, enquanto sua família continuou em São Paulo. Durante esse período boa parte do tempo, Virgilio ficou hospedado na casa da família Bottino, em Niterói, e fez contato com muitos anarquistas que viviam no Rio de Janeiro. Quando Virgilio retornou, a família fixou residência em São Paulo.

Quando surgiram os jornais *O Libertário* (outubro de 1960) e "Dealbar" (setembro de 1965), apesar de não escrever artigos, Virgilio contribuiu financeiramente para ambos e ainda colaborava na distribuição: "Nos dias 1º de maio e outras datas, a gente soltava os volantes. Eu mesmo entreguei, nos domingos, quando era mais moço e casado também. Eu os enfiava por debaixo das portas lá na avenida Celso Garcia, cada um fazia sua parte porque divulgava a nossa idéia. O nosso jornal era diferente do jornal burguês, o nosso jornal a gente tinha que dar, compreende? Era assim, eu distribuia.... Acredito que graças a essa turma que fazia isso, é que depois apareceu esse pessoal de hoje", nos conta Virgilio, que também foi um dos cotistas da Editora Mundo Livre do Rio de Janeiro[2], que chegou a publicar os seguintes livros anarquistas: *O Retrato da Ditadura Portuguesa*, de Edgar Rodrigues (1962); *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de José Oiticica (2ª Edição - 1963); *Anarquismo – Roteiro de Libertação Social*, de Edgard Leuenroth (1963); *O Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*, de Pedro Kropotkine (1964) e *Erros e Contradições do Marxismo*, de Varlan Tcherkesoff (1964).

Após a implantação da ditadura militar no dia 1º de abril de 1964, a Sociedade Naturista Amigos da Nossa Chácara, resolveu vender sua propriedade no Itaim, para comprar um sítio, em Mogi das Cruzes, que seria mais apropriado para a continuação do projeto libertário. A campanha pró-compra do sítio foi iniciada em 28 de agosto e 1965, e foi concluída em 31 de dezembro de 1966. Na lista de pessoas que contribuiram financeiramente para a compra do Nosso Sítio, consta os nomes de Virgilio Dall'Oca e sua filha Clara Dall'Oca [3].

Clara Dall'Oca , além da contribuição financeira, também colaborou com o movimento anarquista, sendo um elemento produtivo na correspondência dos jovens anarquistas de São Paulo, durante o período de 1961 à 1964 [4], e principalmente, fazendo parte do "Laboratório de Ensaios" do Centro de Cultura Social, grupo dramático que recebeu comentários eloqüentes do Jornal da Tarde, Diário Popular, City News, A Gazeta, Shopping News, Canal 2 de Televisão, Última Hora, Folha de São Paulo, e outros veículos de publicidade comercial.

Entre as peças que Clara Dall'Oca encenou constam-se "Como Rola Uma Vida" (1966), de Pedro Catallo, que além de Clara Dall'Oca contava com os seguintes atores: Faria Magalhães, Helena Nunes, Ailso Braz Corrêa, Milton Netto Moreno e Cesário Melantonio Neto, com a direção de Cuberos Neto. Salientando que essas peças anarquistas e contestadoras foram representadas durante a ditadura militar, que empregava como prática comum a repressão e a censura, inclusive no meio artístico e teatral.

Em dezembro de 1968, é promulgado o ato institucional nº 5, e o Centro de Cultura Social que já vinha passando por inúmeros problemas internos e financeiros, resolve no início do ano seguinte, encerrar suas atividades, inclusive, por uma questão de segurança. O perigo pressuposto pelos anarquistas paulistas, será corroborado durante os dias 8 e 21 de outubro de 1969, quando o Centro de Estudos Professor José Oiticica (C.E.P.J.O.), dos anarquistas do Rio de Janeiro, foi invadido e assaltado pelos militares da aeronáutica e seus membros foram processados, presos e alguns, inclusive, torturados fisicamente.

Virgilio relembra esses dias difíceis: "Depois da invasão do Centro de Estudos do Rio de Janeiro, os companheiros do Centro de Cultura Social pediram para eu queimar os papéis que podiam comprometer. À noite, eu e a Nair queimamos aos poucos, para não chamar a atenção dos vizinhos: balancetes, listas de sócios contribuintes e outros documentos que possuíam os nomes dos colaboradores em geral".

Durante esse período, os militantes paulistas se organizaram e arrecadaram dinheiro anonimamente (por precaução), para ajudar nos custos do processo militar instaurado contra os anarquistas do Rio de Janeiro que durou até 1972. Foi uma grande demonstração de solidariedade militante, e a família Dall'Oca estava presente para contribuir com a campanha.

Após ter morado alguns anos em Itanhaem, a família Dall'Oca fixou residência na cidade de Santos, onde vive até hoje.

No dia 10 de dezembro de 2005, Virgilio Dall'Oca participou juntamente com os companheiros Francisco Cuberos, Edgar Rodrigues e Manuel Ramos de um debate no Centro de Cultura Social, onde foi possível tomar conhecimento de um pouco da trajetória militante da família Dall'Oca e legitimar o maior exemplo que eles contribuiram para a prática do anarquismo: a ação direta!

---

1. Lista elaborada por Virgilio e Nair Dall'Oca. Posteriormente, acrescentaram os nomes dos seguintes freqüentadores do Centro de Cultura Social de São Paulo: Antonio Ruiz, Antonio Padilha, Antonio Passio, Cristobal Alba, Miguel Morales, José Loureiro, Vicente Algarate, Roberto Schol, José Estevo Lemos, Hermano Mezzetti, José Morales, Eurico Pinto, Francisco Rodrigues, Helio Barrios, Rafael Vitali, Reinaldo Fellippeli, Fernando Navarro e João Alberich.
2. Segundo carta de Ideal Peres para Pedro Catallo, datada de 19 de dezembro de 1964, contendo uma lista de contribuintes da Editora Mundo Livre. Arquivo do Centro de Cultura Social de São Paulo, gentilmente cedido por Givanildo Oliveira Avelino.
3. Balanço com data de 31 de dezembro de 1966, assinado pelo então tesoureiro Jaime Cubero, e publicado integralmente no livro "O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)" de Edgar Rodrigues, Editora Achiamé, Rio de Janeiro, 1993, páginas 91 à 94.
4. Edgar Rodrigues, obra supracitada, página 66.

N.R.: À época da redação desse artigo, Virgilio Dall'Oca e Nair Dall'Oca residiam em Santos, São Paulo. Virglio morreu em 13/04/2011, aos 93 anos, e Nair em 20/08/2010, aos 87 anos. (Nota da Redação)

Francisco Cuberos

Por Marcolino Jeremias

Francisco Cuberos nasceu em 18 de fevereiro de 1924, [illegible] João Antonio Cuberos [illegible] Vinheto, um jovem casal operário que teve 6 filhos (Maria Antonia, Antonio, Francisco, Jaime, Aurora, Mercedes).

Na adolescência, chegou a participar de uma célula do Partido Comunista, no bairro da Mooca, durante um resfriado por diversas geneias internas e por não concordar com o artigo 18 dos estatutos do Partido, que naquela época dizia que nenhum membro do grupo poderia ter relações com pessoas (mesmo que fossem amigos ou familiares) de uma outra facção política. Inicialmente trabalhou como operário em fábrica de calçados e depois como vendedor de calçados.

Por volta de 1942, participou do grupo Centro Juvenil de Estudos Sociais, juntamente com: Liberto Leitos Reis, Nito Lemos Reis, Maria Aparecida Cuberó, Aurora Cubero, Mercedes Cuberos e outros, onde estudavam e debatiam temas ligados ao anarquismo.

Em 1945, os membros desse grupo de estudos foram descobertos por Edgard Leuenroth, Rodolpho Felippe, Pedro Catallo e convidados a participarem do Centro de Cultura Social de São Paulo, que se localizava na rua José Bonifácio, nº 387.

Nesse mesmo ano, Francisco Cuberos conheceu o grupo de teatro social do Centro de Cultura Social, que estava representando a peça "1º de Maio" de Pietro Gori. E no ano seguinte, já estava participando do grupo e representando essa mesma performance teatral.

Entre as peças anarquistas que Francisco Cuberos participou (usando o pseudônimo de Cuberos Neto), constam-se: 1º de Maio – Drama em 1 ato, de Pietro Gori (1946); Uma Mulher Diferente – Drama Social em 3 atos, de Pedro Catallo (1947); O Coração É Um Labirinto – Drama em 3 atos, de Pedro Catallo (1947); O Herói E O Viandante, de Pedro Catallo (1947); Nada – Drama em 4 atos, de Emani Fornari (1948); A Insensata – Drama Social em 3 atos, de Pedro Catallo (1950); Fabu – Comédia em 3 atos, de Francisco X. Svoboda (1951); O Maluco Da Avenida – Comédia em 3 atos, de Carlos Arniches (1954); Feitiço – Comédia em 3 atos, de Oduvaldo Viana (1954); Ciclone – Drama em 3 atos, de W. Somerset Maughan (1955); Está Lá Fora Um Inspetor – Drama em 3 atos, de J. B. Priestley (1956); Os Mortos – Drama Social em 3 atos, de Florencio Sanchez (1957); Pense Alto – Drama, de Eurico Silva (1958); O Que Eles Querem – Comédia em 3 atos, (1958); O Testemunho, de Waldyr Andrade Kopezky (1966); Mundo Pedra, Pedra Mundo – Musical; Como Rola Uma Vida – Drama em 2 atos, de Pedro Catallo (1967); Onde Anda A Liberdade, de Waldyr Andrade Kopezky (1967); Os Guerreiros, de Waldyr Andrade Kopezky (1967)[1]; O Último Programa De Cubanacan – Monólogo, de Alberto Centurião (1997); A Greve De 1917, de Fábio Ferreira Dias (1997); Colônia Cecília, de Renata Pallottini (1999); A Velha Guarda Ou A Revolução Parada, de Murilo Dias César (1999); Liberdade! Liberdade!, de Millor Fernandes e Flavio Rangel (2000); O Santo Inquérito, de Dias Gomes (2000); Morte Acidental De Um Anarquista, de Dario Fo (2001); Deus Lhe Pague, de Joracy Camargo (2001); O Homem Do Princípio Ao Fim, de Millor Fernandes (2001); Bella Ciao!, de Luiz Alberto de Abreu (2001).

Em 1951, teve seu primeiro casamento com Mercedes Cuberos, que durou três anos.

Em 14 de março de 1955, Francisco Cuberos, é o primeiro militante a ser criado no prontuário do Centro de Cultura Social, número 1914, arquivado no DEOPS/SP (Departamento de Ordem Política e Social), como secretário geral da entidade.

Em 1959, casou com Maria Martinez Jimenez, conhecida pelos mais íntimos como Maruja, e no ano seguinte inicia sua carreira como ator profissional.

Profissionalmente, entre as peças que Cuberos Neto representou, constam-se: Nega De Maloca (1960), Os Elegantes (1960), Oração Para Uma Negra (1961), A Semente (1961), As Almas Mortas (1962), A Escada (1962), Antígone América (1962), Senhorita Julia (1969), Os Dois Cavaleiros De Verona (1974), O Verdugo (1974), Machado De Assis (1974), Peri E Ceci (1974), Mahagonny (1976), Gota D'Água (1977), Curto-Circuito (1987), Calção De Natal (1991). Na televisão, estreou com a novela Sangue Do Meu Sangue (1969), e depois: Programa Penelope (1970), O Comprador De Fazendas (1970), Vitória Bonelli (1972), Os Fidalgos Da Casa Mourisca (1972), A Barba Azul (1974), A Viagem (1975), Ovelha Negra (1975), Gaivotas (1979), Um Homem Muito Especial (1980), Vento Do Mar Aberto (1981), Música Ao Longe (1982), Aventuras Amorosas De Seu Queque (1982). Já no cinema, iniciou com a série O Vigilante Rodoviário (1961), continuando com: Amemo-nos (1970), O Sexualista (1975), Ainda Agarro Este Machão (1975), Tiradentes – O Mártir Da Independência (1976), Antônio Conselheiro E A Guerra Dos Pelados (1977), No Tempo Dos Trogloditas (1978), Os Três Boiadeiros (1979), A Virgem E O Bem Dotado (1980), Gaijin – Os Caminhos Da Liberdade (1980), ... E A Vaca Foi Para O Brejo (1981), Amelia – Mulher De Verdade (1981), As Vigaristas Do Sexo (1982), Amado Batista Em Sol Vermelho (1982), Arapuca Do Sexo (1983), A Luta Pelo Sexo (1984), O Santo Salvador E O Demônio (2003), entre outros trabalhos...

Mesmo após a implantação da ditadura militar no dia 1º de abril de 1964, o Centro de Cultura Social continua realizando suas atividades, principalmente através das peças libertárias promovidas pelo Laboratório de Ensaios, grupo formado pela iniciativa de Francisco Cuberos, Waldyr Andrade Kopezky e Ailso Braz Corrêa.

Francisco Cuberos também participou da Sociedade Naturista Amigos De Nossa Chácara, grupo libertário que teve um papel fundamental na organização dos congressos anarquistas brasileiros.

Em dezembro de 1968, foi promulgado o ato institucional nº 5, e o Centro de Cultura Social que já vinha passando por inúmeros problemas internos e financeiros, resolve no início do ano seguinte, encerrar suas atividades, inclusive, por uma questão de segurança.

Nesses tempos de repressão, os militantes anarquistas de São Paulo, passam a se reunir clandestinamente na loja Calçados Cuberos, na avenida Celso Garcia, nº 725. Essa loja era propriedade de Francisco e Maruja Cuberos (depois Jaime Cubero, também juntou-se a iniciativa), é o necessário destacar a coragem que a família teve para arriscar a sua vida e o seu trabalho, na reorganização do movimento anarquista de São Paulo.

Participou da reabertura do Centro de Cultura Social em 1985.

Em 21 de agosto de 1986, foi um dos sócios fundadores do arquivo Círculo Ática de Estudos Históricos (C.A.E.H.) juntamente com: Nito Lemos Reis, Antonio Martinez, José Carlos Orsi Morel, Jaime Cubero, Antonio Francisco Correia, Felix Gil Herrera, Liberto Leitos Reis, Fernando Gonçalves da Silva e Ideal Peres.

Em 18 de dezembro de 2004, por indicação de Marcolino Jeremias, Francisco Cuberos foi convidado a participar do programa Provocações, da TV Cultura, onde foi entrevistado pelo seu antigo diretor de teatro, Antonio Abujamra. O programa foi exibido em rede nacional em 3 de abril de 2005.

Em 28 de novembro de 2007, desligou-se do Centro de Cultura Social, quando a entidade estava renovando seus estatutos internos, por não concordar com algumas modificações.

Faleceu no dia 20 de agosto de 2010, aos 86 anos, em decorrência de uma pneumonia agravada pelo mal de Parkinson, deixa esposa, filhos e uma longa trajetória nos meios libertários, especialmente no teatro social, sua eterna paixão.

---

1. Os Guerreiros, cujo título original era Os Generais, contava a tentativa frustrada de transformar um general em um ser humano, isso em plena ditadura militar brasileira.
2. Contrariando o bom senso e a ética anarquista, os novos membros desse grupo continuam mantendo fechado esse arquivo para a pesquisa pública e, inclusive, para os militantes anarquistas que se interessam por estudos históricos. Para piorar, os atuais membros desse arquivo não produzem sequer pesquisas públicas com os documentos que possuem...